



PREFEITURA DO
RECIFE

Plano Plurianual 2010 - 2013

"Nossa cidade é a gente quem faz".

Lei 17.586/2009

volume 1

Recife, dezembro de 2009

P R E F E I T U R A D O R E C I F E

P r e f e i t o

João da Costa Bezerra Filho

V i c e - p r e f e i t o

Milton Coelho da Silva Neto

C o o r d e n a ç ã o

Milton Botler

SUMÁRIO

VOLUME I

I. APRESENTAÇÃO	4
II. RECIFE: O MOMENTO ATUAL E SEUS DESAFIOS	5
III. CONTEXTO E REALIZAÇÕES SEGUNDO EIXOS ESTRATÉGICOS	10
IV. PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO PPA 2010 – 2013	35
V. PROPOSIÇÕES SEGUNDO EIXOS ESTRATÉGICOS	37
VI. FINANÇAS MUNICIPAIS – ANÁLISE DO AMBIENTE ATUAL E DAS PERSPECTIVAS FUTURAS	81

VOLUME II

ANEXO II – Continuação

Detalhamento da Programação

- VII. PROGRAMAS ESPECÍFICOS
- Programas específicos voltados para a melhoria de vida das pessoas
 - Programas específicos voltados para a melhoria da cidade
 - Programas específicos voltados para a melhoria da gestão municipal
- VIII. PROGRAMAS POR ÓRGÃO
- Administração Direta
 - Administração Indireta

I – Apresentação

O Executivo Municipal vem apresentar o Plano Plurianual para o período entre o ano de 2010 e 2013 (PPA 2010-2013), sob o tema “Nossa cidade é a gente quem faz”. O Plano Plurianual, como concebido na Constituição Federal e regulamentado em normas posteriores, vem sendo fortalecido enquanto instrumento de planejamento no contexto institucional brasileiro. Com o aprendizado do exercício dos últimos PPAs, a Prefeitura do Recife vem aprimorando os procedimentos para sua elaboração e, particularmente, os instrumentos para monitorar sua implementação. A formulação deste documento reflete esse esforço de fazer brotar, de cada unidade administrativa e das muitas esferas de participação e diálogo com a sociedade, um instrumento que reflita os anseios da população recifense, na forma de um programa plausível de realizações transformadoras para a cidade.

O documento está organizado em dois volumes. No primeiro encontram-se informações e análises que procuram oferecer um panorama das condições atuais e dos principais desafios a serem enfrentados no horizonte desses próximos quatro anos, sem perder uma perspectiva de integração com a visão e o planejamento de longo prazo, com objetivos mais abrangentes. Traz uma síntese de dados que procuram retratar os aspectos mais marcantes da realidade atual, procurando identificar os principais desafios para a cidade e explorar as perspectivas que se colocam para seu futuro. Uma revisão das realizações dos últimos anos é oferecida, contemplando diferentes temáticas que constituem o cotidiano da gestão municipal. São apresentados princípios orientadores que norteiam todo o planejamento, de modo a assegurar identidade e coerência à ação da municipalidade. E reafirma-se o compromisso político de atender às demandas sociais mais urgentes, ao mesmo tempo em que se oferecem intervenções estruturadoras, além do compromisso de atuar sempre com base em processos participativos. Por fim, são apresentadas as grandes orientações de ação, segundo quatro eixos estratégicos: o *desenvolvimento econômico*, o *desenvolvimento urbano e ambiental*, as *políticas sociais* e a *gestão democrática e eficiente*.

O segundo volume é composto pelo conjunto de programas, projetos ou atividades, e ações que serão desenvolvidas no próximo quadriênio. Estrutura-se em planilhas detalhadas que trazem os objetivos e as estimativas de recursos consolidados em quadros demonstrativos, abrangendo todo o planejamento dos órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo, assim como do Poder Legislativo.

II. Recife: o momento atual e seus desafios

A construção de um plano plurianual, enquanto ação de planejamento, parte necessariamente de uma leitura da situação atual, ao mesmo tempo em que se norteia por uma prospecção sobre o futuro da cidade. Assim, o exame, e o respeito, às proposições de um plano plurianual anterior constituem passo importante na sua formulação. Afora isso, traçar em síntese um retrato da realidade atual da cidade é imprescindível para fundamentar uma nova orientação e formular propostas para o futuro. Um breve exame das realizações da Prefeitura do Recife nos últimos anos permite observar onde residem as principais conquistas na melhoria da qualidade de vida na cidade, assim como também permite identificar carências e prioridades para as realizações futuras. A visão de futuro deve tomar como orientação o compromisso firmado no programa de governo da atual gestão, balizado pela leitura do momento presente e dos cenários possíveis na escala local e global.

O PPA 2006-2009 intitulado “Recife: mais trabalho, melhor qualidade de vida” trouxe o planejamento de uma gestão de continuidade. O principal desafio era, então, seguir além das conquistas já materializadas no ciclo anterior, mantendo-se o foco nos eixos estratégicos definidos como “*cuidar das pessoas*” e “*cuidar da cidade*”, que traduziam a preocupação prioritária de ofertar qualidade de vida, em todo o conjunto das atividades programadas para o período. Associados a esses, outros dois eixos estratégicos, “*gestão democrática*” e “*eficiência administrativa*”, privilegiavam os modos de atuação, tendo em vista o aprimoramento das ferramentas de participação e a qualidade nos serviços prestados à população.

Na esfera federal, o PPA 2008-2011 proposto para todo o Brasil traz forte identidade, nos seus princípios e estratégias, com esse momento recifense e oferece também elementos norteadores para a ação local. Apontam-se como prioridades nacionais o crescimento e a distribuição de renda, a melhoria de qualidade na educação, o aumento da produtividade e da competitividade, a expansão do mercado de consumo de massa, a utilização sustentável de recursos naturais, a melhoria da infra-estrutura urbana e o fortalecimento da democracia e da cidadania. Essas prioridades convergem para a pauta do governo municipal e oferecem boas perspectivas de realização de investimentos estruturais para o Recife, com a cooperação e recursos do governo federal.

O programa de governo apresentado quando do processo eleitoral, no ano de 2008, destaca o ambiente favorável com a convergência política dos governos Federal, Estadual e Municipal, somado a um contexto econômico de grandes investimentos – que não se mostrou

significativamente abalado diante da magnitude da crise que se abateu sobre o globo ainda no final do ano passado. O programa de governo estava estruturado segundo quatro eixos estratégicos, marcados pela identidade temática dos campos de ação, que são reafirmados neste PPA – o *desenvolvimento econômico*, o *desenvolvimento urbano e ambiental*, as *políticas sociais* e a *gestão democrática e eficiente*.

No âmbito do *Desenvolvimento Econômico*, as proposições direcionam-se para uma atuação que contempla simultaneamente dois componentes essenciais. Por um lado o estímulo à dinâmica de mercado, ao se buscar consolidar o Recife como pólo de serviços modernos, ao mesmo tempo em que, por outro lado, investe-se na inclusão, por meio da ampliação de uma economia popular e solidária.

No campo do *Desenvolvimento Urbano e Ambiental*, o programa de governo já alertava para a importância de se reconhecer e valorizar o Recife como centro metropolitano. Nele, aponta-se a necessidade de investimentos que abranjam, ao mesmo tempo, os programas de urbanização e saneamento ambiental que atendam às carências da maioria da população, as intervenções estruturadoras que possam assegurar melhoramento do suporte urbano para a dinamização econômica, e a sustentabilidade, por meio da proteção aos recursos naturais.

No que diz respeito às *Políticas Sociais*, o programa proposto reafirma uma linha de ação que já consagrou conquistas de peso no campo dos direitos e cidadania. O programa de governo propõe não somente a ampliação da rede básica de saúde, educação e assistência social, como também priorizar investimentos na sua qualificação, oferecendo melhores condições de atendimento com maior eficiência. Temáticas transversais são também fortalecidas, com a disseminação de ações em todas as secretarias com foco em temas como a juventude, a criança e o adolescente, o idoso e a mulher; o respeito à Igualdade racial e à livre orientação sexual, a mobilidade e acessibilidade, a segurança cidadã, a integração da pessoa com deficiência.

Já na dimensão da *gestão democrática e eficiente*, o programa de governo destaca que esse é o mais forte marco de identidade da mudança ocorrida desde o ano de 2001 – com o fortalecimento da participação popular por meio de um programa de grande magnitude como se constituiu o Orçamento Participativo. O programa evidencia o protagonismo da população e fortalece suas relações com a cidade. O desafio proposto no programa de governo é avançar a partir do que já se firmou, abrindo espaço para uma prática inovadora de planejamento participativo, apoiado por ações incisivas de modernização e aprimoramento dos modelos

gerenciais no cotidiano da administração da cidade. Investimentos em tecnologia e qualificação dos servidores permitirão preparar a Prefeitura para esse novo salto de eficiência.

O Recife já conta, segundo as estimativas do IBGE para 2008, com 1.549.980 habitantes. O Produto Interno Bruto (PIB) calculado para o ano 2006 (IBGE) é de 18,3 bilhões de Reais, sendo que 67% derivam do setor de serviços, deixando claro o perfil da cidade como pólo terciário, onde reside grande oportunidade nos novos horizontes da economia que se vislumbra para Pernambuco.

Alguns temas têm assumido destaque no contexto nacional e local, como a violência. O estudo “Mapa da violência nos municípios brasileiros¹, encontra-se no nono lugar entre os municípios de maior taxa de homicídios no país. O Governo de Pernambuco tem publicado dados mais recentes que apontam sucesso nas políticas de redução da violência, indicando queda de 9% na taxa de criminalidade violenta letal e intencional entre 2008 e 2009² – mas esse aspecto positivo se contrapõe a um crescimento na violência contra a mulher no mesmo período, alertando para uma maior atenção ao tema em suas múltiplas faces. O governo municipal tem seu espaço de atuação na dimensão da prevenção da violência e na construção da cultura da paz, tendo concebido políticas que abordam diretamente essa temática.

Outro aspecto relevante se mostra no explosivo crescimento da frota de veículos no Brasil que expõe, por um lado, o crescimento da economia e do poder de consumo da população, mas por outro lado, traz uma visão preocupante para o futuro das cidades, com uma sobrecarga de tráfego desmedida para a infra-estrutura instalada, contrapondo-se a um projeto de sustentabilidade. Recife tem atualmente mais de 388 mil veículos, sendo 72,7% de automóveis³, ocupando a malha urbana, com uma média reduzida de pessoas transportadas. São dados que despertam para a importância da ampliação e qualificação de uma rede de transporte público que está em pauta na ação da prefeitura, principalmente, a partir do Plano Diretor da Cidade do Recife aprovado em 2008.

Alguns dados podem também oferecer referência sobre as mudanças ocorridas nos últimos anos, mesmo que não se reportem especificamente ao Recife. A recente publicação dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios do IBGE (PNAD-2008) traz

¹ Mapa da violência nos municípios brasileiros. Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Ministério da Justiça, Ministério da Saúde, 2008.

² Boletim trimestral da conjuntura criminal em Pernambuco – 1º trimestre 2009. Secretaria de Defesa Social de Pernambuco, 2009.

³ Dados do DENATRAN, 2008, disponível em “Cidades@”, <<http://www.ibge.gov.br>>.

informações agregadas na escala da Região Metropolitana que apontam para essas mudanças.

No âmbito econômico, mudanças de padrão de consumo podem ser vistas em escala expressiva quando se toma em consideração a proporção de domicílios com computadores e acesso à internet. Observando-se apenas aquelas famílias com renda até dez salários mínimos, entre 2003 e 2008 o percentual de domicílios com estes bens saltou de 3,67% para 12,98%. Isso mostra um incremento na ordem de 145% só entre 2005 – o último ano do ciclo do PPA anterior – e o ano passado. Considerando-se a estrutura social da Região Metropolitana, essa proporção no Recife pode assumir uma expressão ainda mais forte. Por sua vez, os dados relativos aos rendimentos médios da família não revelam grandes alterações para a RMR entre 2005 e 2008. Mas deve-se registrar uma queda na proporção de famílias sem renda ou com até um salário mínimo – na ordem de apenas 0,39% – e também na faixa acima de 5 salários mínimos – que cai de 20,6% para 18,8% do total de famílias. Enquanto que as famílias com renda entre um e cinco salários mínimos passam de 55,5% para 57,3% do total. A prefeitura tem atuado de forma integrada no sentido da promoção da inclusão social e dinamização da economia.

No campo da educação, os dados da PNAD 2008 mostram avanços na Região Metropolitana. O percentual de pessoas não alfabetizadas foi reduzido entre 2005 e 2008 de 4,9% para 4,7% no caso dos homens e de 6,2% para 5,9%, no caso das mulheres. Assim como no restante do Brasil, contudo, o ano de 2008 revelou proporções maiores que o ano de 2007, servindo como alerta para a necessidade de aprimoramento dos programas de alfabetização, tanto quanto para a diferença entre homens e mulheres, que pouco se alterou. Ainda com respeito à educação, indicadores mais positivos se mostram na análise do tempo de estudo. A PNAD 2008 revela uma queda de 6,3% na proporção de pessoas com nenhum ou até um só ano de estudo, contraposto a um crescimento de 11,3% no grupo de pessoas que estudaram nove anos ou mais – que já representam 44,3% do total da população. Os programas da Prefeitura do Recife têm mostrado resultados, com investimentos em qualificação de seu pessoal e dos equipamentos educacionais.

A proporção de idosos, por sua vez, é um balizador importante para a concepção de políticas específicas e entre os anos de 2001 e 2008 houve um incremento na ordem de 21,7%, na Região Metropolitana, atingindo-se neste último ano a marca de 6,78% da população total, quando em 2001 eram 5,57%. A administração municipal está atenta a esta tendência e tem inovado em programas que atendem aos idosos e em vários campos da afirmação de direitos e consolidação da cidadania.

O déficit habitacional estimado para a Região Metropolitana para 2007⁴ é da ordem de 133 mil, destacando-se o problema da coabitação de famílias num mesmo domicílio como um dos principais fatores de sua definição. Mas também os estudos registram uma estimativa de 18,4 mil domicílios precários, o que constitui um panorama ainda grave. Um elemento importante como indicador de qualidade da moradia é a existência de banheiro no domicílio. No caso da Região Metropolitana essa proporção já mostra dimensões bem reduzidas, mas, de todo modo, vale destacar que entre 2005 e 2008 houve uma queda de 2,74% para 1,63% de domicílios sem sanitário. Nesse campo, a Prefeitura do Recife está realizando, em parceria principalmente com o governo federal, ações estratégicas na provisão de moradia e urbanização de assentamentos precários.

Esses dados auxiliam na compreensão do contexto metropolitano em que se insere o Recife. A presença e o papel que o Recife exerce são de fundamental importância diante dos demais municípios, seja pela condição institucional de capital, seja pela proporção de residentes – que alcança 41,5% do total metropolitano –, seja ainda pelo que representa enquanto pólo econômico que concentra 33% do PIB estadual⁵.

No tópico a seguir são destacadas as principais realizações e conquistas dos últimos anos observadas na cidade do Recife, segundo os grandes eixos estratégicos e alguns temas de destaque.

⁴ Déficit Habitacional no Brasil – 2007. Fundação João Pinheiro e Ministério das Cidades, 2008.

⁵ Agência Condepe/Fidem.

III. Contexto e realizações segundo Eixos Estratégicos

As conquistas dos últimos anos já conformam um Recife diferente, embora grandes desafios ainda permaneçam em foco, dada a enorme dívida social de uma longa história de exclusão que não se restringe apenas à esfera local, mas constitui um traço marcante do cenário nacional. O balanço do governo anterior, intitulado “Mudando o Recife de mãos dadas com o povo” revela importantes conquistas, assim como os levantamentos realizados para a formulação do programa do atual governo, além do diagnóstico do Plano Diretor do Recife, que traz um perfil das condições atuais da cidade e seus principais desafios. A seguir são destacadas algumas das realizações que traduzem um modo de governar que vem transformando a realidade do Recife.

o Desenvolvimento Econômico

A característica fundamental da economia da Cidade do Recife é a presença marcante do conjunto de atividades terciárias compreendidas pelo comércio (atacadista e varejista) e pelos serviços (de distribuição, coletivos, pessoais e pela administração pública). Como grande centro urbano, a economia do Recife é predominantemente uma economia terciária. Seguem a este grande conjunto de atividades, as que constituem o setor industrial compreendido pelas indústrias de transformação, de construção e pelos denominados serviços de utilidade pública (gás, eletricidade e abastecimento de água). Dados do Ministério do Trabalho, (Relação Anual de Informações Sociais - RAIS/2008), revelam que o emprego formal no setor de comércio e serviços totaliza 84,4%, enquanto que a indústria, juntamente com a construção civil somam apenas 15,1% da mão-de-obra empregada.

Estas informações já mostram que qualquer esforço no sentido de induzir o desenvolvimento da economia local não pode deixar de centrar as ações sobre as atividades terciárias que, certamente, definem a dinâmica econômica. E estas, como são do conhecimento geral, caracterizam-se por uma grande heterogeneidade, que se traduz tanto em aspectos relacionados com o grau de informalidade/formalidade, quanto no tocante ao tamanho do estabelecimento ou, ainda, em relação ao tipo de atividade exercida e ao dinamismo que vem tendo nas últimas décadas.

Considerando-se a leitura do contexto regional e estadual, a comparação de dados referentes à participação da Região Metropolitana e do município do Recife na composição do PIB do

estado⁶ mostra um duplo processo de descentralização das atividades produtivas em Pernambuco. Em primeiro lugar, o que se refere à descentralização, que diz respeito à presença, cada vez maior, dos demais municípios da Região Metropolitana, em detrimento do Recife. Ou seja, cada vez mais, o município que comanda a RMR - a capital do Estado - vem apresentando redução relativa de suas atividades, em favor dos demais que integram a metrópole pernambucana. Em segundo lugar, a própria Região Metropolitana registra uma perda relativa no contexto estadual, mostrando o outro processo de descentralização que beneficia as economias das microrregiões do interior.

Embora os instrumentos fundamentais para apoiar a expansão da economia situem-se fora da competência dos governos municipais, não resta a menor dúvida de que este deve ser um foco da sua atenção, mesmo considerando essas limitações. Neste sentido, parte relevante dos esforços deve ser encaminhada para o favorecimento do desenvolvimento da economia, tanto no que se refere aos instrumentos normativos ou de regulação, como os fiscais ou financeiros. É evidente que não se almeja qualquer forma de crescimento, como aquele que ignora a melhoria das condições sociais e da qualidade de vida urbana, além da questão ambiental. Mas objetiva-se alcançar um crescimento da economia que se constitua pré-condição para a inclusão social – objetivo último da ação governamental – e que, ao mesmo tempo, permita a maior eficácia das políticas sociais. Deve-se levar em conta que políticas como as de intermediação da mão-de-obra, microcrédito, bolsa-escola, erradicação do trabalho infantil e combate à pobreza, somente permitem mudanças significativas num contexto de reativação da atividade produtiva.

No contexto do desenvolvimento econômico esses são os principais problemas identificados na escala municipal:

- A ocupação irregular do espaço público no comércio;
- O índice de desemprego, historicamente, no patamar de 20%;
- A elevação no índice de concentração de renda;
- A falta de política municipal direcionada para as indústrias;
- A submissão aos atravessadores nas atividades de pesca e coleta de crustáceos das colônias e associações de produtores familiares.

As principais ações levadas a cabo na implementação da política de desenvolvimento econômico estavam pautadas pela conquista de uma cidade justa, privilegiando a geração de

⁶ Ver o estudo “A Economia do Recife”, coordenado pelo professor Leonardo Guimarães, para a Prefeitura do Recife, em 2003.

trabalho e renda. As principais ações abrangem capacitação, programas de renda mínima, estímulo à economia solidária e oferta de crédito popular.

O Banco do Povo facilita o acesso ao crédito e estimula o pequeno empreendedor, além de oferecer capacitação, movimentando mais de 32 milhões de Reais, atendendo a cerca de 30 mil pleitos. O Sistema Público de Emprego, que promove intermediação de mão-de-obra, ampliou em quase sete vezes, entre 2005 e 2008, os resultados dos encaminhamentos efetivados como emprego em relação aos anos anteriores, alcançando 3,6 mil atendimentos com sucesso.

No campo da inclusão digital, foram implantados 7 infocentros e 5 telecentros desde 2001, oferecendo acesso à tecnologia da informação. Outros equipamentos oferecem capacitação e assistência, como os dois Restaurantes Populares, com alimentação subsidiada em parceria com empresas patrocinadoras, e o Restaurante-Escola que já somam mais de 500 mil refeições servidas.

- Cultura

A cultura é estratégica para o Recife. É uma cidade que sempre teve um grande potencial de cultura, ao se considerar a sua diversidade, resultado de uma formação histórica, peculiar, caracterizada pela mistura das culturas indígena, européia e africana. O Recife sempre foi um caldeirão multicultural. Esse potencial se expressa na quantidade de manifestações culturais e artísticas existentes na cidade. O valor histórico da tradição constrói, em parceria com o povo, uma identidade histórica, imaginária, material, múltipla e dinâmica.

Além do valor histórico, o Recife tem a *multiculturalidade* como grande elemento que movimenta a economia da cidade. A cidade oferece, cada vez mais, trabalho e renda para uma grande quantidade de pessoas gerando o crescimento do turismo, favorecendo a preservação do Patrimônio Cultural e uma melhor utilização e acesso da população aos seus equipamentos. Nesse contexto, os eventos passaram a ser parte integrante desse processo e não ações pontuais e isoladas, fortalecendo a economia local e movimentando o trabalho dos artistas, dinamizando a cadeia produtiva da cultura. Todo esse potencial faz da cultura um importante elemento de inclusão social e perspectiva de melhoria da qualidade de vida para a população.

A gestão 2001/2008 adotou uma nova concepção de cultura, que se expressou no conteúdo e na forma do fazer cultural da Cidade. Passou a ser entendida como direito fundamental e um importante vetor de desenvolvimento econômico e inclusão social. Essa nova concepção considera três dimensões: a produção simbólica, com a valorização da diversidade das expressões e dos valores culturais; o direito de cidadania, contemplando a universalização do acesso à cultura e inclusão social; e a dimensão econômica, com a geração de trabalho e renda e o fortalecimento das cadeias produtivas da cultura.

Passou-se, desde então, a considerar todos os indivíduos como sujeitos do fazer cultural, portanto, foco das ações e projetos da ação do governo municipal. Isso levou a uma ampliação das atividades culturais e da participação da população. Foram criados espaços democráticos e descentralizados onde o povo participa efetivamente do processo decisório das ações e projetos culturais.

Outra expressão de mudança foi o aumento do percentual do orçamento do município destinado a cultura, que passou de 1,33% em 2001 para 3,73% em 2008. A cena cultural da cidade foi ampliada e ganhou uma importância significativa tanto no âmbito nacional, quanto internacional.

Os ciclos culturais – Carnaval, São João e Natal – são realizados hoje pelo poder público municipal junto com as populações dos diversos bairros e comunidades, com grande investimento no profissionalismo e na qualidade dos eventos realizados. Esses elementos têm o reconhecimento da população local e de uma infinidade de turistas do Brasil e do exterior que vêm em busca do conhecimento dessa diversidade cultural, que favorece a identidade de Cidade Multicultural.

O Recife possui também projetos estruturadores que têm a cultura como eixo central e são fundamentais para o processo de desenvolvimento de políticas públicas: as Refinarias Multiculturais, o Complexo Turístico Cultural Recife/Olinda e o Programa Multicultural. A concepção das Refinarias Multiculturais compreende um conjunto de equipamentos culturais descentralizados em todas as RPA's para abrigar atividades de formação artístico-culturais. O Plano do Complexo Turístico propõe ações estratégicas de integração, utilização do solo e um modelo de gestão com a participação da sociedade. Já o Programa Multicultural tem como objetivo formar produtores culturais, artistas e pessoal técnico para o novo cenário da economia da cultura na Cidade.

O modelo de gestão é participativo e democrático priorizando a descentralização e o acesso aos equipamentos e atividades artístico-culturais da cidade em todas as RPAs. Existem vários espaços de participação, tais como:

- *Plenárias Regionais do Orçamento Participativo*: instância do OP onde a população indica ações prioritárias para as RPAs;
- *Plenárias Temáticas de Cultura*: espaço do OP que tem como objetivo avaliar o trabalho da cultura, assim como, eleger os representantes para compor o Fórum Temático;
- *Fórum Temático de Cultura*: espaço do OP de participação popular e controle social.
- *Conferência Municipal de Cultura*: instância propositiva da Política Cultural do Recife. Define objetivos, estratégias de ação do trabalho da cultura no âmbito municipal. Realiza-se bianualmente. É formada por delegados eleitos e representantes do poder público e da sociedade civil.
- *Conselho Municipal de Políticas Culturais*: Instância consultiva. Delibera sobre ações culturais e faz controle social do trabalho da cultura. Compõem o Conselho representantes do Poder Público e da Sociedade Civil. Existem também 19 Fóruns Permanentes – 13 dos segmentos da cultura e 6 territoriais. O modelo de gestão, com base nos princípios da democracia, participação popular e descentralização das decisões, coloca-se no cenário nacional como modelo para outras cidades.

Os recursos destinados a cultura atingiram nos últimos anos o percentual de 3,17% sobre o valor total arrecadado através do recolhimento do Imposto Sobre o Serviço - ISS e do Sistema de Incentivo a Cultura – SIC. O Recife alcançou, no ano de 2005, o patamar de segundo maior percentual de orçamento para a cultura no país. Na avaliação do valor per capita, posiciona-se como o segundo maior que é igual a R\$ 21,83, segundo o IBGE.

Destaca-se que há um crescimento em relação aos orçamentos por ocasião dos ciclos culturais, em particular o carnavalesco, visto que os recursos derivam de patrocínios, seja através da Lei Rouanet ou via marketing direto, ou ainda convênios. Desta forma a composição do orçamento da cultura no período acima foi notadamente crescente e de forma equalizada recebendo os maiores incrementos no período dos ciclos, sendo 47,75%, para as despesas, 27,17% com pessoal e encargos sociais e 20,05% com as promoções culturais.

Pode-se também citar a posição do Recife em relação ao plano internacional, do qual ela se enquadra em terceiro lugar em relação a Barcelona e Buenos Aires, seguida de São Paulo, Madrid e Cidade do México.

- Turismo

O despertar para a importância do turismo como atividade econômica elevou em muito o patamar de competitividade entre os destinos, fazendo com que, cada vez mais, invista-se na estruturação de produtos, na melhoria dos serviços turísticos e da infra-estrutura de apoio, bem como na conquista de novos nichos de mercado. Paralelamente, e até como consequência do anteriormente registrado, também mudou o perfil do turista, hoje mais exigente no quesito relativo à escolha de um destino.

O retardo no engajamento nesse processo de mudanças induziu o Recife a apresentar baixos níveis de desempenho na atividade. Em decorrência, também foram reduzidos os investimentos privados no setor, ocorrendo uma estagnação na oferta hoteleira e até o fechamento de meios de hospedagem. E este é um quadro de difícil reversão em curto prazo, visto que a instalação de novos equipamentos demanda, além da confiança dos investidores no destino, tempo para construção e início da operação.

Um novo horizonte para o turismo do Recife foi vislumbrado a partir de 2001, quando um intenso trabalho de requalificação da cidade foi iniciado. Importantes iniciativas foram levadas adiante, com campanhas contra a exploração sexual infanto-juvenil, programas de capacitação profissional, recuperação de vias, praças, parques e mercados, criação de novas áreas de esportes e lazer, reforço na sinalização turística, promoções culturais. Todas essas constituem ações que requalificam a cidade e que valorizam as raízes populares. O Recife havia retomado o caminho do desenvolvimento econômico e social, para o qual o turismo se revela um importante instrumento.

Em dezembro de 2006, com o lançamento do Projeto Turístico do Recife, o cenário local do turismo foi radicalmente alterado, trazendo expressivas conquistas para o setor. A iniciativa contemplava mais de vinte e cinco macro-ações abrangendo a sensibilização turística, a venda do destino, a requalificação de espaços turístico-culturais localizados nas diversas comunidades, a animação do Recife, o envolvimento das Universidades no processo de aprimoramento turístico da cidade e a oferta de novos passeios e programas o que amplia a permanência do turista na cidade e dinamiza o setor. Os tópicos a seguir demonstram as conquistas:

- Em 2008, Recife teve um fluxo turístico global da ordem de 2,2 milhões de visitantes, equivalente a quase 60% do fluxo turístico global de Pernambuco (fonte: Secretaria de Turismo de Pernambuco/EMPETUR);

- O júri da revista “Veja – O melhor do Brasil” (edição julho de 2008) apontou o Recife como a Capital Cultural do Brasil da Região Nordeste;
- Incremento de 10% na procura e venda de passeios e programas turísticos no Recife, no comparativo 2007/2008 (Fonte: ABAV/PE). Neste contexto, vale destacar que duas das maiores agências receptivas do Estado, a *Luck Viagens* e a *Martur*, informaram um incremento de 30% nas vendas no comparativo janeiro 2008/janeiro 2009;
- Incremento de 15% no número de turistas, inclusive internacionais, que participaram de eventos apoiados e/ou captados pelo Recife Convention & Visitors Bureau, no comparativo 2007/2008 (Fonte: Recife CVB);
- Aumento da taxa de ocupação hoteleira, que durante todo o ano de 2008 ficou próxima aos 80% (Fonte: Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH/PE), um recorde na história do turismo do Recife. Registre-se também que setor hoteleiro local comemorou em janeiro de 2009 a melhor receita e ocupação dos últimos doze anos: 94%, contra a média de 82% do ano anterior. A ocupação hoteleira do Recife é hoje considerada uma das melhores do país;
- Aumento de 13% no faturamento e movimentação do segmento de bares e restaurantes, no comparativo 2007/2008 (Fonte: Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel/PE). Vale destacar que o Recife é hoje o mais importante pólo gastronômico do Norte e Nordeste. De acordo com levantamento da Abrasel, há aproximadamente dez mil estabelecimentos instalados na sua Região Metropolitana;
- Incremento de 18% no faturamento das locadoras de veículos entre dezembro de 2008 e fevereiro de 2009, se comparado ao de igual período da alta estação anterior (Fonte: Abla/PE);
- Desempenho inédito na história do Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes-Gilberto Freyre. Pela primeira vez o movimento mensal superou, em janeiro de 2009, a marca de 500 mil passageiros embarcados e desembarcados. O crescimento foi de 13,66%, na comparação janeiro 2008/janeiro 2009, segundo a INFRAERO;
- Estudo divulgado pelo Ministério do Turismo, Fundação Getúlio Vargas e SEBRAE em 2008 aponta o Recife como um dos mais competitivos entre os 65 destinos indutores brasileiros. O município obteve índices bem superiores à média nacional, alcançando índice de 71,84 contra uma média de 51,8 para os municípios brasileiros. O estudo considerou treze dimensões a exemplo de acesso, aspectos culturais, capacidade empresarial, marketing, serviços e equipamentos turísticos, entre outros.
- A iniciativa privada voltou a investir na hotelaria. Além da ampliação e reabertura de hotéis, novos investimentos já estão sendo feitos, estimulados com o atual quadro de avanços do turismo do Recife. Com a conclusão dos mesmos, a cidade terá uma oferta adicional de leitos na hotelaria da ordem de 20%. A confiança do empresariado

no momento vivido pelo turismo no Recife também é retratado em investimentos na recuperação e melhoria da rede hoteleira local. Registre-se que o Recife conta com 83 meios de hospedagem (entre hotéis, flats e pousadas), com uma oferta de 4.877 UH's e 11.094 leitos (fonte: EMPETUR – outubro de 2008).

- O Carnaval Multicultural 2009 foi considerado o melhor da história do Recife para o setor, garantindo 97,5% de taxa de ocupação hoteleira; 34% de aumento no faturamento da hotelaria; 20% de aumento no faturamento dos taxistas; 37% de incremento no gasto diário dos turistas hospedados em hotel; 665 mil visitantes nos dias de Momo; 97% dos visitantes com intenção de voltar nos próximos carnavais; 27% de incremento na economia local em relação ao crescimento no igual período de 2008. O Carnaval 2009 também foi um dos melhores para os guias de turismo do Recife. Segundo o Sindicato dos Guias de Turismo (SINGTUR/PE), houve ocupação plena dos seus filiados, e até carência de profissionais daquela categoria durante o período.

- ***Desenvolvimento urbano e ambiental***

Passo fundamental no planejamento da cidade foi dado quando da aprovação do novo Plano Diretor para o Recife, Lei 17.511/08, em 29 de dezembro de 2008. O Plano Diretor, elaborado com base no Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01, estabelece um modelo ancorado na participação popular por meio de diversos mecanismos e instâncias de interlocução. Estas instâncias compreendem a Conferência da Cidade, a Conferência Municipal de Política Urbana, o Fórum de Políticas Públicas, o Fórum do Prezeis, o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU), o Conselho do Meio Ambiente (COMAM), o Conselho do Orçamento Participativo. Há ainda outros instrumentos de gestão democrática tais como as Audiências Públicas e os Conselhos Setoriais.

Um desafio central para a implantação plena desse modelo reside na articulação e integração intersetorial da participação popular com o planejamento, como também na formulação integrada das propostas de cada órgão da administração municipal, visando à implantação e o monitoramento do Plano Diretor, e sua necessária vinculação ao Programa de Governo.

O planejamento se mostra mais visível em realizações estruturadoras para cidade. A Via Mangue constitui numa das principais medidas para a qualificação da zona sul e parte de sua estrutura já foi implantada, favorecendo a circulação no bairro do Pina. A duplicação do viaduto Capitão Temudo, na Ilha Joana Bezerra, não somente favorece a ligação entre os bairros

centrais e a zona sul, como também qualifica a região para receber novos equipamentos e se constituir num novo pólo dinâmico para a cidade, especializado nas atividades jurídicas. Os melhoramentos na orla de Boa Viagem atraem mais turistas e beneficia um dos mais reconhecidos espaços de lazer do recifense. O corredor leste-oeste traduz uma política de prioridade ao transporte público e deverá se integrar a outro conjunto de medidas locais e metropolitanas, que vão assegurar melhor condição de mobilidade. O programa Capibaribe Melhor já está preparando o Recife para consolidar uma nova relação da cidade com o meio ambiente urbano, combinando ações de proteção à natureza, e particularmente ao rio, com grandes intervenções estruturadoras para a RPA 3 e 5, em particular.

Desde o ano 2001 foram construídas 4,5 mil unidades habitacionais, e outras 3,5 mil estão em construção. Desse total, 480 estão já comprometidas com o esforço para a resolução do drama social das palafitas. Mas esse universo total está pautado pela prioridade de atender a um conjunto mais amplo de famílias que também não podiam dispor de uma moradia digna.

Nos mais diferentes bairros de toda a cidade não somente os programas de construção de novas casas, mas notadamente aqueles de urbanização de assentamentos precários vêm mudando a paisagem da cidade. A construção da avenida Brasília Formosa e todo o processo de remoção das palafitas e urbanização da orla constituindo um novo espaço de lazer para a população de Brasília Teimosa é um dos marcos mais significativos de transformação.

O programa de auxílio-moradia vem atendendo a população que sofre pela ocupação de áreas de risco, nos morros ou em áreas alagáveis da planície. Uma média de 3,5 mil famílias por ano são atendidas até que se resolva a segurança de sua morada. O Programa Guarda-Chuva envolve uma ação permanente que combina prevenção, intervenções de eliminação de pontos de risco, de emergência e de educação urbano-ambiental. Só no período deste último ciclo do PPA, considerando dados de 2006 a 2008, mais de 12 mil famílias foram contempladas com o auxílio-moradia.

Os programas de urbanização se dão em conjunto com uma ação de saneamento integrado, enfatizando a dimensão ambiental no cotidiano das realizações urbanísticas. Inúmeras áreas da cidade já foram contempladas, seja por meio de financiamentos internacionais, como é o caso do programa Prometrópole, seja pelas novas ações integradas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), além de outras fontes e convênios que vêm permitindo potencializar a destinação de recursos próprios do Recife.

No campo da proteção ao meio ambiente, um dos principais avanços obtidos pelo município do Recife nos últimos anos teve como foco a constituição do arcabouço legal e institucional de sua área de gestão ambiental. Contar com normas consistentes e boa estrutura operacional assegura que se possa contar com bons referenciais para lidar com o meio ambiente, para fiscalizar e impedir a sua degradação, além de orientar melhor as ações da prefeitura. Em termos concretos, isso se traduz em ações como o tratamento assegurado aos manguezais e à arborização às margens do rio Capibaribe, quando da realização das obras da Avenida Beira Rio, ou ainda se materializa em obras como a reabilitação do Jardim Botânico, investimento de 280 mil Reais que deu vida a um dos mais ricos componentes do ambiente natural no contexto do Recife.

Esse fundamental ponto de partida, objetiva preparar a cidade para exercer papel outorgado pela Constituição Federal de 1988 referente à gestão urbana e ambiental local.

No que tange à infra-estrutura e serviços urbanos, as características do sítio natural do Recife associadas ao seu processo histórico de formação e crescimento explicam a alta complexidade da trama urbana e colocam desafios peculiares. Os sistemas de macro e micro-drenagem constituem um desses desafios iniciais. São caracterizados pelas redes de galerias, canaletas de águas pluviais e 105 km de canais distribuídos nas bacias dos rios Capibaribe, Beberibe, Tejipió, Jordão e Jiquiá.

O sistema de micro-drenagem compreende aproximadamente 1.000 km de extensão, no qual identificamos vários problemas provenientes de causas diversas, tais como: o adensamento urbano desordenando com a ocupação de margens e calhas de canais ou sobre galerias e canaletas, o subdimensionamento da tubulação, limitações impostas pela topografia, e ainda: boa parte da rede envelhecida e com tempo de vida útil no limite de aceitabilidade, o que exige uma manutenção contínua para minimizar os efeitos.

O sistema de macro-drenagem é constituído pelos canais e rios que apresentam, também, problemas de estrangulamento de calhas pela ocupação desordenada ou por equívocos do passado, com o aterro de margens ou canalização de trechos. Na medida em que aumentava a velocidade do escoamento, reduzia-se a capacidade de drenagem, ocasionando o agravamento do problema ao longo do tempo.

Os atuais riscos de alagamentos e inundações ocorrem, principalmente, devido a chuvas torrenciais na própria área da cidade e nas áreas mais elevadas das cidades vizinhas, inundações fluviais causadas por chuvas nas bacias hidrográficas dos rios que cortam a

cidade, pelas marés de maior amplitude que chegam a alagar partes baixas da cidade. A ocorrência do efeito combinado de mais de uma dessas causas apontam conseqüências ainda mais contundentes. Nas últimas décadas, tem sido feito um esforço considerável por diversas instituições para enfrentar os problemas das águas urbanas, com resultados positivos, embora a magnitude da questão exija, ainda, ações mais amplas e de maior envergadura.

As mais de 1.300 escadarias existentes na cidade se constituem em verdadeiros arruamentos, e na maioria dos casos, únicos acessos a uma grande parcela da população. Deve-se considerar que boa parte delas foi construída há muito tempo, com cortes de barreiras e sem obedecer aos padrões de segurança. Hoje, as medidas necessárias à conservação e recuperação exigem soluções adequadas a cada caso. São constantes, portanto, as demandas por intervenções reparadoras nos muros de arrimos e escadarias, exigindo uma atenção toda especial para a eliminação dos pontos de riscos.

A cidade dispõe de uma malha viária vasta e com vários tipos de revestimentos e, ainda, um grande número de logradouros em leito natural. Além dos problemas comuns aos grandes centros urbanos, as particularidades do solo recifense provocam constantes recalques de pavimentos, o que afeta o sistema de drenagem, com deformações verticais dos pavimentos, responsável, também, por alagamentos localizados em trechos de ruas. A idade e o peso do pavimento, somado ao peso do aterro e às vibrações produzidas pelo trânsito são, também, causadores de recalque, com depressões localizadas de difícil drenagem que exigem ações contínuas de manutenção.

No Recife são recolhidas aproximadamente 2.500 t/dia de lixo que exige, além dos recursos, toda uma logística operacional para a disposição final dos resíduos sólidos. É feita, ainda, coleta seletiva para uma pequena parte do lixo, com separação de plásticos, papéis, metais e vidros. Além disso, muitos catadores também operam nas ruas. Embora a coleta de lixo seja realizada com bastante eficiência, cerca de 1% do lixo em áreas de difícil acesso é jogado, pelos moradores de palafitas e favelas, em áreas de manguezais ou em cursos d'água, causando problemas estéticos, ambientais e reduzindo a capacidade de escoamento dos rios e dos canais.

A manutenção da iluminação pública do Recife é de responsabilidade da EMLURB, compreendendo uma rede de aproximadamente 110.000 pontos. É necessária a aplicação de investimentos para a sua modernização e efficientização, através da substituição de luminárias (troca de lâmpadas VM por VS) e componentes associados, cujas ações deverão ser implantadas através do programa Reluz.

O Transporte Público de Passageiros está articulado ao sistema metropolitano – Sistema Estrutural Integrado. Está organizado em seis áreas homogêneas, perfazendo um total de 104 km de rota, incluindo o Transporte Complementar de Passageiros, com 252 permissionários distribuídos em 26 linhas. Até o momento foram implantadas 20 linhas com ajuste de itinerários para adequar a demanda com um total de 126 veículos em operação.

As linhas interbairros integram as localidades não atendidas pelas linhas do sistema de ônibus, com itinerários e tarifas não concorrentes. Essas linhas são atendidas por veículos com capacidade máxima de 20 lugares, equipadas com bilhetagem eletrônica. A remuneração dos operadores é realizada através da receita arrecadada – tarifa do anel A do STPP/Recife. Atualmente este serviço contém 7 (sete) linhas com uma frota de 86 veículos em operação, com idade média de 3,5 anos, transportando em média 804.616 passageiros mês (referência - maio/2009) dos quais 74,1% inteiro, 22,2% vale-transporte, 2,3% estudante e 1,4% gratuito.

As Linhas Alimentadoras oferecem um serviço de transporte gratuito, com veículos de 16 lugares em áreas que não tem acesso pelos ônibus. Os operadores são remunerados pelo serviço realizado e os recursos provêm da receita do Sistema de Transporte Público de Passageiros – STPP/RMR. A confiabilidade do serviço é garantida através de rastreadores com tecnologia GPS. Atualmente este serviço contém 13 (treze) linhas com uma frota de 43 veículos em operação com idade média de 3,6 anos. Estes veículos transportam em média 400 passageiros /dia. Implantação do Sistema de Geoprocessamento por Satélite em todos os 22 veículos componentes das linhas alimentadoras.

- **Políticas sociais**

A gestão pública tem um papel fundamental na inclusão das pessoas, promovendo a garantia dos direitos e o acesso à Saúde e Educação, Assistência Social e Direitos Humanos, o que abrange programas específicos, com ênfase em questões como a juventude, a criança e o adolescente, o idoso e a mulher; o respeito à igualdade racial e à livre orientação sexual, a mobilidade e acessibilidade, a segurança cidadã, a integração da pessoa com deficiência.

Esses temas já vêm sendo tratados de forma intersetorial e integrada como políticas do governo para a inclusão social. Com apoio de programas federais tem-se avançado para construí-las como políticas de Estado.

- Saúde

As políticas públicas de saúde no Brasil avançaram de modo extraordinário com a implantação do Sistema Único de Saúde, em 1988. Apesar de todas as dificuldades, a defesa dos princípios do SUS, da *universalidade*, da *integralidade*, da *equidade*, e da *participação popular*, representou o desenvolvimento de uma política de saúde direcionada para a garantia do *direito à saúde* da população, resultando em grande diversidade de experiências exitosas na gestão pública.

O Recife assumiu a defesa do SUS e do fortalecimento das políticas de saúde desde 2001 e tem se comprometido com a garantia de acesso às ações e serviços de saúde e com políticas públicas integradas para a melhoria dos indicadores de saúde. Neste período, vivenciou um crescimento extremamente rápido na disponibilidade de serviços de saúde. Houve expressivo incremento nos investimentos anuais. Entre o ano 2000 e 2008 os recursos foram triplicados passando da ordem de 5,45% para 15,3%, demonstrando a reorientação de prioridades que busca firmar a garantia de um padrão de atendimento universal e de qualidade. O porte e complexidade das demandas, contudo, ainda representa um desafio de resolução em longo prazo.

Dentre os vários serviços implantados ou ampliados, destacam-se: 240 novas equipes de saúde da família, 118 equipes de saúde bucal, 4 Urgências Odontológicas em funcionamento 24 horas; 6 Centros de Especialidades Odontológicas; 18 Centros de Apoio Psicossocial (CAPS); 7 CAPS especificamente dedicados à questão Álcool/Drogas; 11 Residências Terapêuticas; além da ampliação de escopo da atuação da Vigilância em Saúde.

Também foi um período fértil na inovação e incorporação de novas propostas, a exemplo da implantação do SAMU, do Programa de Saúde Ambiental, do Projeto Ambiente Livre do Fumo, e do Programa Academia da Cidade. Este último associado à saúde, mas integrado a políticas de esportes e de ação social, hoje somam 21 unidades – representando um marco na história da provisão de serviços e equipamentos públicos, criando hábitos saudáveis, requalificando espaços públicos e fortalecendo a cidadania.

- Educação

Na educação os investimentos tiveram incremento de mesma monta, atingindo mais que o triplo do resultado registrado no ano 2000. A rede escolar teve 79 unidades educacionais entre

novas e novas sedes de escolas já existentes desde 2001, ampliando a capacidade de atendimento e a qualificação dos serviços educacionais para crianças e jovens. O programa Bolsa Escola Municipal já beneficia 6.259 famílias, assegurando a presença da criança e do jovem na escola e apoiando os pais no investimento do futuro dos seus filhos. Um milhão de livros foi distribuído entre 2000 e 2008 e 124 ambientes de leitura foram implantadas no mesmo período, fomentando o hábito da leitura.

O tema da qualidade da educação vem ganhando relevância no cenário brasileiro tendo em vista os resultados preocupantes demonstrados nas avaliações dos alunos dos sistemas públicos educacionais. A discussão sobre essa temática sinaliza para a interferência de vários fatores, os quais são apreendidos a partir de indicadores, tais como: ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, ambiente físico escolar e acesso e permanência na escola. No caso do Recife, em que pese a melhoria da educação estar sendo observada nos últimos anos, o que é evidenciado pela elevação do IDEB nos anos iniciais do Ensino Fundamental, passando de 3,2 em 2005 para 3,8 em 2007, extrapolando a meta projetada para esse ano, entre outras evidências, torna-se necessária uma intervenção educativa mais efetiva e integrada no sentido de que essa melhoria aconteça em todos os níveis e modalidades da educação municipal.

- Assistência Social

Conforme a Constituição Federal de 1988⁷ e, posteriormente em 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS⁸ tornam a Assistência Social reconhecida legalmente, integrando o conceito de Seguridade Social no conjunto com a Saúde e a Previdência. Marcos Legais que convergem para o entendimento dos vários estágios de transformação do perfil histórico da Assistência Social no país, trazem propostas inovadoras enquanto política pública, às demandas da sociedade pós-transição democrática.

A conjuntura política atual tem sido favorável, nas três instâncias federativas, assumindo uma agenda ético-política comprometida com o enfrentamento da pobreza e com a superação das diferentes formas de exclusão social no país. Além disso, realiza-se desenhando uma nova

⁷ O artigo 194, no Título da Ordem Social, indica como objetivo o bem-estar e justiça social e afirma que a Assistência Social é política de Seguridade Social realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade.

⁸ A Lei avança na direção de um Sistema Descentralizado e Participativo a partir do qual se diferenciam serviços, programas e projetos e onde são ampliadas as atribuições dos Conselhos de Assistência Social e instituídos novos espaços de negociação e pactuação.

linha de ação na perspectiva da (re)construção de um Sistema Único de Assistência Social e desta forma respondendo aos desafios demográficos, econômicos e sociais do país.

A criação da Secretaria de Assistência Social em junho de 2001, a extinção da Legião Assistencial do Recife (LAR) e a criação do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), em 2003, demarcam um novo tempo para a assistência social na Cidade do Recife. Estas iniciativas estiveram sedimentadas no compromisso da gestão municipal consolidando a assistência social como política pública. Neste sentido, a Secretaria de Assistência Social em 2003 descentraliza as suas ações, tornando-as mais acessíveis aos seus usuários, constituindo assim: Coordenadorias Regionais de Assistência Social em cada Região Político-Administrativa, que passam a compor a estrutura organizacional desta Secretaria; em 2005, as Gerências Regionais de Assistência Social.

Com a reforma administrativa de 2005 a estrutura organizacional desta Secretaria e a do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC) são reordenadas na perspectiva do SUAS e o Município habilita-se à Gestão Plena da política nacional, por cumprir com os requisitos previstos pela nova Norma Operacional Básica - NOB⁹/SUAS.

A seguir, são elencados os principais avanços da assistência social no município:

- Criação da Secretaria de Assistência Social afirmando direitos básicos de cidadania e demarcando uma nova história da Assistência Social na Cidade do Recife, cujas ações, até então, eram realizadas de forma fragmentada;
- Criação do Instituto de Assistência Social e Cidadania (IASC), com foco no atendimento à população em alto grau de vulnerabilidade e risco social, garantindo o comando único da Assistência Social no Município;
- Atendimento descentralizado nas Regiões Político-Administrativo (RPA), por meio das Coordenadorias Regionais de Assistência Social e, posteriormente, Gerências Regionais de Assistência Social, com a implantação de 12 Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), sendo dois por cada RPA;
- Habilitação do Município à gestão plena da assistência social pondo em prática o Sistema Único de Assistência Social - SUAS na Cidade do Recife;

⁹ A NOB define que a proteção social “consiste no conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e serviços ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional” (p.90). Garante as seguranças de sobrevivência, acolhida e convívio familiar, que englobam os serviços ofertados pelas Proteções: Social Básica; e Especial de média e alta complexidade.

- Execução do Programa Bolsa Família no Município, estratégia de transferência de renda de grande impacto numa cidade marcada pela desigualdade social beneficiando famílias em situação de pobreza;
- Formação de quadro efetivo de recursos humanos da Assistência Social com a realização de 02 concursos públicos, para o IASC e Secretaria de Assistência Social criando 238 e 228 vagas para cargos de nível superior e médio, respectivamente;
- Realização de quatro Conferências Municipais de Assistência Social, fórum privilegiado de discussão democrática e de proposições de diretrizes da Política de Assistência Social, totalizando 6.614 participantes;
- Formulação do Plano Municipal de Assistência Social 2007-2015, apresentado e aprovado na VI Conferência Municipal de Assistência Social, em consonância com a resolução do Conselho Nacional de Assistência Social, tendo o Município exercido um papel protagonista;
- Operacionalização da Proteção Social Básica e Especial de forma direta e indireta, através dos CRAS, do IASC e de entidades de assistência social conveniadas, atendendo à população em situação de vulnerabilidade e risco social, nos seus diversos ciclos de vida, tendo a família como unidade central de referência;
- Política de Acolhida e Atenção Integral às Crianças e Adolescentes, Jovens, Adultos e Idosos em situação de rua e risco, organizado em rede descentralizada e hierarquizada de serviços e equipamentos de Proteção Social de Média e Alta Complexidade, atendendo entre 2004-2007, aproximadamente 37.000 pessoas;
- Implantação do Sistema Recriar - ferramenta de gestão que garantirá o diagnóstico e monitoramento de violação de direitos contra crianças e adolescentes, em tempo real, possibilitando a articulação dos operadores/integrantes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente;
- Formulação do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, do Plano Municipal de Enfrentamento do Trabalho Infanto-juvenil e implantação do Centro de Referência da Criança e do Adolescente – CERCA, configurando-se como referência nacional no atendimento às crianças e adolescentes vítimas de violência.

- Mulher

Especificamente voltada para a promoção e proteção das mulheres, uma política inovadora e abrangente trouxe resultados significativos em termos de mobilização e formação, culminando com a realização de duas Conferências Municipais, somando-se a duas outras realizadas entre 2001 e 2004. Uma rede de instituições de apoio e instâncias de diálogo fortalece a

sensibilização da sociedade e a formação de mulheres promovendo cursos, seminários ações de apoio e se consolida na implantação do Conselho Municipal da Mulher.

A Coordenadoria da Mulher, criada após 2001 foi responsável pela elaboração das políticas e implementação das ações temáticas, em parceria com outras Secretarias do Município. Hoje essa estrutura avança para uma maior solidificação institucional na figura de uma Secretária Especial da Mulher, consolidando os espaços conquistados e ampliando novos horizontes de atuação. As ações são agrupadas em seis eixos temáticos estratégicos:

- *Educação Não Sexista* – Debates e ações pedagógicas de combate ao sexismo, homofobia, lesbofobia e racismo, na Rede Municipal de Educação.
- *Eqüidade de Gênero na Saúde* – Realização de seminários, cursos e debates, sobre a temática de gênero, para os profissionais de saúde; Promoção do debate sobre a importância da mulher em programas de saúde; Formação de agentes multiplicadores em direitos sexuais e reprodutivos; Capacitação de lideranças comunitárias, profissionais de saúde e jovens do Recife e Fortalecimento do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher
- *Participação e Controle Social* – Investe na criação de espaços de controle social e em instrumentos que ampliam a participação das mulheres : Realização de 4 conferências Municipais da Mulher; Realização da Plenária Temática da Mulher e constituição do Fórum Temático da Mulher do Orçamento Participativo; Criação da Brinquedoteca Participativa; Constituição do Conselho Municipal da Mulher e Realização de curso de formação para fortalecimento político das mulheres
- *Assistência e Prevenção da Violência Contra a Mulher* – Programa Municipal NEM COM UMA FLOR para orientação e acompanhamento jurídico; acolhimento e resgate da auto-estima e fortalecimento da rede de apoio para prevenção da violência nas comunidades. Principais ações: Implantação do Centro de Referência Clarice Lispector e da Casa Abrigo Sempre Viva para acolhimento das mulheres em situação de violência doméstica e sexista; Capacitação dos Núcleos de Assistência Judiciária Municipal e da Rede Municipal de Saúde; Curso de Agentes de Cidadania e uma rede de solidariedade para as que estão em situação de violência; Divulgação da Lei Maria da Penha com as mulheres da cidade e Desfile do bloco NEM COM UMA FLOR
- *Gênero e Desenvolvimento Econômico* - Contribuir para autonomia financeira, rompendo com a divisão sexual do trabalho. Promoveu: Inclusão da perspectiva de gênero nos programas da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Criação da feira “Mulheres Tecendo a Economia Popular e Solidária” no hall da Prefeitura; Realização

de cursos de formação para geração de renda e qualificação profissional; Criação da Rede de Mulheres Produtoras do Recife; Produção de cartilha e revista com o tema Mulher e Trabalho; Realização de feiras nas RPAs e inclusão das mulheres em feiras de artesanato de grande porte;

- *Política de Gênero com Igualdade Racial* - Combate ao racismo promovendo igualdade de gênero e raça, mediante ações de Participação no Programa de Combate ao racismo institucional; Valorização da mulher negra com as Rodas de diálogo sobre a saúde da mulher negra e Seminário sobre mulher negra e trabalho doméstico; Curso de estética Afro para as mulheres negras, para elevação da auto-estima e inserção no mercado.

- Direitos humanos e segurança cidadã

A partir do ano de 2005, a população do Recife passou a dispor de uma Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã - SDHSC. Desde então, a promoção da cidadania, e dos Direitos Humanos, a partir de políticas públicas afirmativas desenvolvidas de forma articulada e integradas, passaram a existir com uma maior efetividade no Recife.

O Recife possui 32% de sua população formada por crianças e adolescentes de 0 a 17 anos. A política voltada para a Criança e o Adolescente tem por meta promover direitos humanos, a partir de políticas públicas afirmativas desenvolvidas de forma integrada e articulada com os diferentes setores da administração municipal para inclusão social de crianças e adolescentes.

Segundo estatísticas da Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente, a Delegacia Especializada registrou 4.900 crimes praticados contra crianças e adolescentes, no ano de 2008. Segundo os registros os maiores números de foram relativos a lesão corporal (25%), maus – tratos (11%), atentado violento ao pudor (7%) e estupro (4%). Com relação ao agressor, em sua maioria, é um conhecido da criança ou do adolescente, vindo em seguida um familiar, e finalmente uma pessoa estranha a vítima. Em sua grande maioria a vítima é do sexo feminino (85%) e de idade entre 0 a 12 anos.

Os adolescentes, jovens e adultos jovens, entre 15 a 29 anos, representam 28% da população do município. No Recife 22 mil habitantes de 15 a 29 anos não são alfabetizados (Censo 2000). Esses jovens ou estão na escola, sem estarem alfabetizados, ou por ela nunca passaram. As dificuldades são grandes para quem não se alfabetiza na faixa de idade

adequada. A maior dificuldade, porém será o seu ingresso no mercado de trabalho e suas relações sociais poderão estar sempre vulneráveis.

É no segmento da Juventude que se registram as maiores taxas de homicídios em todo Brasil. Quanto mais se avança na adolescência, maior é o número de assassinatos. De acordo com os dados do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM/DATASUS), no Recife, 68% dos homicídios ocorridos em residentes, no ano de 2008 vitimaram jovens entre 15 a 29 anos. Há também uma repercussão social importante a considerar: essas mortes prematuras atingem pessoas em idade economicamente ativa, sem que as elas tenha sido dado tempo de produzir. O alto índice de mortes por homicídios atinge, principalmente, a população masculina: 94%.

Com o aumento da expectativa de vida da população a proporção de pessoas com mais de 60 anos ampliou-se. O segmento da pessoa idosa é o que mais cresce em todo o mundo. No Brasil, a tendência para 2025, é de 32 milhões, classificando o país como o sexto em população de idosos.

Recife com 133 mil pessoas idosas, representando 9% da sua população, é a terceira capital brasileira na participação de idosos, perdendo apenas para o Rio de Janeiro e Porto Alegre. Se, por um lado, o envelhecimento populacional é uma conquista a ser celebrada, por outro, o crescimento do segmento de idosos requer políticas, com vista à garantia e à efetivação do acesso dessas pessoas aos bens e aos serviços socialmente produzidos. Das 133,5 mil pessoas de 60 anos e mais, residentes no Recife, 61% são responsáveis por seus domicílios.

No tocante a violência, os acidentes de transportes e os atropelamentos, são os que mais vitimizam os idosos. Das mortes registradas por esses acidentes, 34% ocorreram em maiores de 60 anos, em 2008, no Recife, segundo registros do SIM/DATASUS.

Apenas em 1991 os censos demográficos brasileiros passaram a ter a obrigatoriedade da inclusão de questões específicas sobre a população com deficiências. Em 2000 o número de pessoas que se declaram com algum tipo de deficiência representam 14,5% da população brasileira e somam 24,5 milhões. São pessoas com *alguma ou grande dificuldade de caminhar, enxergar e ouvir*.

Ainda de acordo como o Censo, a Cidade do Recife tem uma taxa de 16% de pessoas com alguma deficiência, assim distribuída: 45% visual, 26% motora, 17% auditiva, 8% mental e 4% física. Esta distribuição acompanha a tendência nacional. A Prefeitura do Recife portanto, vem implementando políticas públicas de direitos humanos e inclusão social para as pessoas com

deficiência desde 2001. A estratégia é de assegurar a articulação entre as ações cotidianas das diversas secretarias municipais, consolidando uma política de caráter transversal e integrador.

Refletir acerca da violência que assola os homossexuais é penetrar em um universo onde impera o preconceito, muitas vezes mascarado, mas em geral traduzido pela discriminação. A realidade cotidiana mostra que o assassinato de gays, lésbicas, travestis e transexuais configura-se em uma tragédia mundial tendo sua face mais cruel na América Latina e, em particular, no Brasil. Pernambuco figura entre os estados com o maior número de assassinato de homossexuais. A idade média das vítimas se situa entre 21 e 50 anos; em sua maioria são profissionais do sexo e foram mortos a tiros. Se existem dificuldades em se obter informação referente à vítima, com relação ao agressor são maiores ainda, dificultando assim a investigação do delito por parte dos órgãos competentes e a punição ao responsável.

Construir uma nova sociedade, sem exploração econômica nem dominação cultural e política, com superação de barreiras que impedem o acesso de setores da população à participação e ao pleno exercício de seus direitos de cidadania, são prioridades da gestão municipal.

De acordo com o Diagnóstico Preliminar Gênero e Raça da Cidade do Recife, para o Programa de Combate ao Racismo Institucional-PCRI, a população negra brasileira constitui a segunda maior nação negra do mundo, atrás somente da Nigéria.

Segundo o Diagnóstico o Estado de Pernambuco apresenta na sua composição 58% de negros e 41% de brancos. Em Recife, a população de negros é de 54% acompanhando a tendência nacional. A maioria da população negra, quando comparada à população branca, está nos estratos mais jovens da população, em especial, entre 26 e 40 anos, contribuindo em grande proporção na População Economicamente Ativa do município. No entanto, as maiores taxas de desemprego, apresentadas pelos órgãos de pesquisa, atingem mais fortemente os negros, e em especial a mulher negra. Estão também os negros mais presentes nas menores faixas salariais do mercado formal.

Ainda de acordo com o documento do PCRI as pessoas negras sofrem um conjunto de desvantagens socioeconômicas cumulativas que se consubstanciam em bem estar e qualidade de vida, em média, inferior àquelas das pessoas brancas. A questão racial constitui, portanto uma variável fundamental para compreensão da produção da exclusão social no Brasil.

A situação se agrava quando se analisam as mortes por violência, onde 92% dos óbitos por homicídios são em indivíduos desta raça/cor. Sabendo-se também que 68% destes óbitos acometeram jovens e 94% pessoas do sexo masculino, fica claro o risco que afronta o Cidadão do Recife Jovem e Negro.

A atuação de uma [Segurança Cidadã](#) propõe que a violência deve ser enfrentada não apenas com a ação policial, mas também com medidas preventivas e iniciativas sociais. Essa 'nova' segurança pública aposta no controle e redução de crimes e na construção de ambientes seguros e democráticos como espaços de promoção da convivência entre as pessoas, a partir de ações integradas entre os níveis de governo, municipal, estadual e federal e a sociedade civil. A construção da segurança cidadã se insere, portanto, no compromisso de fortalecimento da cidadania plena de todos os cidadãos e cidadãs, promovendo seu acesso aos seus direitos civis e os benefícios do Estado de Direito Democrático combatendo a violência em todas as suas formas de expressão: a fome, as desigualdades sociais, o desemprego, a corrupção, o homicídio, a criminalidade, a falta de acesso aos direitos, validando o caráter multidimensional do tema da violência.

A Prefeitura do Recife vislumbra através de uma Segurança Cidadã a possibilidade de reverter esse quadro de insegurança e violência, tão freqüentes nas grandes cidades, para uma situação que valorize a vida e estimule uma convivência fraterna e solidária. Neste sentido, a Prefeitura do Recife se inseriu no Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, uma iniciativa inédita no enfrentamento à criminalidade no país. O projeto articula políticas de segurança com ações sociais; prioriza a prevenção e busca atingir as causas que levam à violência, sem abrir mão das estratégias de ordenamento social e segurança pública. Entre os principais eixos do Pronasci destaca o envolvimento da comunidade na prevenção da violência.

- ***Gestão democrática e eficiente***

Ao longo das duas últimas gestões, a população pôde assistir a uma significativa expansão dos serviços públicos, assim como pode experimentar a vivência desses avanços e conquistas. A principal meta, no campo da gestão, é manter e ampliar os espaços da participação ao mesmo tempo em que imprime qualidade ao atendimento e às demandas do cidadão. O principal desafio é tornar a ação pública mais eficiente e proporcionar a eficientização em todas as áreas de atuação, agilizando processos e reduzindo o tempo e a distância entre a Prefeitura e o cidadão do Recife.

Para isso, está consagrado o compromisso com a gestão democrática, de modo a ampliar e qualificar o controle social sobre as ações da Prefeitura. E avançando com o aprendizado da participação assegurar a eficiência, de modo a melhorar os processos internos e, em consequência, o atendimento à população.

A instância fundamental nesse modelo de gestão democrática é o Orçamento Participativo. É a melhor expressão concreta dos princípios de participação, transparência e inversão de prioridades, em busca de uma cidade mais justa. Sua estrutura prevê um ciclo regular de atividades que constitui um processo de participação da sociedade na gestão da cidade, baseado na ampliação da transparência e do controle sobre a arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Ao longo de todos esses anos de atividades o Orçamento Participativo contou com mais de 554 mil pessoas envolvidas nas suas diversas arenas, contando com a atuação de 18 mil delegados e 712 conselheiros. Um total de 319 milhões de Reais foi investido a partir da determinação direta da população, segundo suas prioridades. Foram 3,8 mil obras realizadas em toda a cidade a partir dessas demandas discutidas e decididas pelo cidadão.

O sistema é aberto à participação direta do cidadão e não se restringe apenas à figura dos delegados. Conta com um eficiente e moderno sistema de apoio operacional e de controle informatizado, que garante transparência e tranqüilidade no andamento das plenárias e outras esferas de diálogo, além de garantir velocidade e facilidade no acesso a informações e resultados.

- Tecnologia da Informação e Comunicação

Afora o incentivo à participação, a Prefeitura do Recife vem investindo na melhoria da qualidade dos serviços oferecidos ao cidadão. Um dos campos chave para essa evolução é o da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Historicamente, no âmbito da Administração Pública Municipal, as ações relativas à TIC voltavam-se fortemente para a otimização dos processos administrativos, informatizando áreas que manipulam grandes volumes de dados e necessitam de precisão em cálculos matemáticos e financeiros. Os processos de gestão financeira e contábil, de lançamento e arrecadação de tributos, e de gestão de pessoal foram o grande foco das estratégias de TIC durante décadas.

Equacionados os problemas de otimização dos processos financeiros, tributários e administrativos, as demandas e, conseqüentemente, as ações de TIC voltaram-se para outras áreas com grande manipulação de dados e carentes de informatização, com destaque para as áreas de Educação e Saúde. Mas sempre atuando no viés interno da Administração, com foco nos processos de trabalho e não no Cidadão ou na Sociedade.

Hoje a Prefeitura do Recife atinge um elevado nível de informatização: conta com um parque de 15.000 equipamentos de informática, sendo 4.800 micro-computadores, opera 142 sistemas informatizados que manipulam mais de 5 tera-bytes de dados e alcançam todos os Órgãos da Administração Direta e Indireta de sua estrutura. Entretanto, o foco nos processos internos continua. A geração de conteúdo ao cidadão e à sociedade em suas diversas formas de organização e manifestação ainda é pequena e insipiente no que se refere às ações de criação do Governo Eletrônico, principalmente nas iniciativas da *e-participação*, e ao fomento do inexorável processo de instalação da Sociedade da Informação e do Conhecimento.

O recurso ao digital também atingiu escolas, empresas e estados. O uso de facilidades de *e-learning* (Educação Eletrônica), *e-business* (Negócios Eletrônicos) e *e-government* (Governo Eletrônico) são exemplos disso. As manifestações de *e-learning*, *e-business* e *e-government* constituem também oportunidades de mudança ou, pelo menos, de repensar o uso de tecnologias e sistemas de informação ao serviço das práticas e de dar respostas à sociedade.

Em especial, o Governo Eletrônico é um facilitador de tempos e um indutor de respostas das organizações. Pelo papel de liderança e regulação que lhe está associado pode induzir práticas de base digital e fomentar o acesso e disponibilidade de informação agregada, potencializando a eficiência administrativa e aumentando a cidadania.

Nas várias dimensões do Governo Eletrônico inclui-se a *e-participação*. Esta é entendida como uma das áreas de maior impacto. Permite a reinvenção da coleta de opinião pública e da vontade popular, num outro ciclo de tempo que o eleitoral e de modo bem mais flexível que potencializa a responsabilização e o envolvimento de modo diverso do estabelecido, já nos nossos dias.

- Previdência e saúde complementar do servidor municipal

Outro campo em que a Prefeitura do Recife vem investindo é na valorização e apoio ao servidor municipal. A implantação dos sistemas de previdência e de saúde complementar testemunham essa iniciativa.

Desde 1998, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 20 e de outras normas, tornou-se impositiva a estruturação de regimes próprios de previdência com base em critérios que assegurem o equilíbrio financeiro e atuarial, com o objetivo de garantir benefícios previdenciários a servidores do quadro efetivo da Administração Pública em todo o país.

Embora no início de 1999 o Governo Municipal anterior tenha definido regras de transição através de lei municipal, foi somente após que foi efetivamente instituído o sistema de Previdência Funcional do Recife. Foi instituída inicialmente a então Autarquia Previdenciária do Município do Recife (RECIPREV). O novo Regime Próprio de Previdência do Servidor Municipal foi sendo montado até a consolidação do Sistema de Previdência Municipal em 2005 quando o Regime Próprio de Previdência Municipal passou a ter as suas atuais feições normativas e operacionais.

Já o Sistema de Saúde Complementar dos Servidores Municipais (Saúde Recife), instituído em agosto de 2007, tem como marcas principais:

- Acessibilidade/ Busca Direta
- Controle interno - Mecanismos Regulatórios do acesso aos serviços de saúde
- Informações Gerenciais em tempo real
- Rede referenciada em todas as especialidades e geograficamente bem distribuída na RMR
- Tabela própria utilizando como referência a CBHPM – 20%
- Investimento nos Programas de Prevenção e Promoção à Saúde.

O Saúde Recife se consolidou como um Plano de Saúde com alto padrão de qualidade, atendendo hoje cerca de 30.000 usuários, entre servidores e dependentes. Sofreu, em Dezembro de 2008, alterações na sua tabela de contribuições instituídas por Lei Municipal.

b. Perspectivas

O PPA 2010-2013 traz a visão de futuro e as propostas de ação de uma nova gestão que representa a continuidade e o aprofundamento de um projeto político já bem consolidado nos últimos oito anos. Essa identidade de gestão é pautada por uma forte tônica nas demandas sociais e na consagração de um modelo de gestão participativa sem antecedentes na esfera local.

As informações tratadas anteriormente demonstram o esforço e as expressivas vitórias alcançadas. Isso tanto numa mudança de enfoque, que privilegia a população mais carente, quanto na forma de ação, valorizando um modelo de gestão participativa, que imprime legitimidade às ações, como ainda, numa dimensão mais concreta, visível nos resultados expressos nas obras e nas melhoras no padrão de prestação de serviços à comunidade.

As perspectivas para o PPA 2010-2013 evidenciam uma atitude de superação, na escolha de prioridades que determinam o que precisa ser feito no enfrentamento dos principais problemas da cidade. Evidenciam também um contexto de transformação, no qual se procura avançar naquilo que precisa ser feito para potencializar grandes conquistas recentes capazes de imprimir um novo impulso ao Recife e Pernambuco: a solidificação de Suape como pólo de desenvolvimento, a realização da Copa 2014 e a consolidação do turismo cultural, provando que a nossa cidade é a gente quem faz.

IV. Princípios orientadores do PPA 2010-2013

O Plano Plurianual apresenta um conjunto de programas, projetos e ações que expressam as medidas concretas que se propõe a fazer no período, constituindo o Volume II deste documento. A concepção desses programas e ações e sua estratégia de implementação está amparada em princípios orientadores que expressam o matiz político e os compromissos

a. Valores

O ponto de partida é o propósito de expressar já na macro-arquitetura do Plano Plurianual uma coerência total entre filosofia e ação, tendo como o horizonte a criação de condições para que a Cidade do Recife seja cada vez mais admirada pelas belezas naturais e riquezas culturais, mas também pelo desenvolvimento humano e capacidade de gestar tecnologias sociais efetivas.

No PPA 2010-2013, essa cidade desejada é traduzida como *cidade humana*. Deste conceito derivam três valores referenciais, cujas proposições são complementares e interdependentes, devendo estar presentes, como elemento de motivação, em todas as proposições do plano:

- Cultura da Participação: entendida como um sentimento já enraizado de se dispor a compartilhar de decisões, buscar consensos, garantir transparência, buscar a formação de parcerias, promover a interatividade, e, permanentemente, se envolver com a boa prática da cidadania;
- Cultura da Sustentabilidade: entendida como o compromisso com a preservação ambiental, com o exercício do planejamento, da gestão do conhecimento, com o desafio da competitividade, a garantia do controle de qualidade, e o combate ao desperdício.
- Cultura da Paz: entendida como uma atitude que promove a igualdade de oportunidades, a democratização do espaço urbano, o combate às injustiças sociais, e o respeito à diversidade;

b. Diretrizes prioritárias

Motivadas por esses valores e amparadas pela leitura da realidade atual e das oportunidades futuras, despontam quatro diretrizes prioritárias, que nortearão o processo de implementação do PPA 2010-2013:

- A construção da cidade do futuro;
- A expansão do terciário moderno;
- O desenvolvimento da economia da cultura;
- O fortalecimento da produção do conhecimento;

V. Proposições segundo Eixos Estratégicos

São apresentadas nos tópicos a seguir as orientações específicas e as proposições de cada eixo estratégico em suas subdivisões temáticas.

a. Desenvolvimento Econômico

- *Política de desenvolvimento econômico e economia solidária*

A proposta geral da política de desenvolvimento econômico concentra-se no foco da geração de trabalho, renda e de novos negócios. E para tanto, a diretriz estratégica reside na *consolidação de um setor terciário moderno*. Para alcançar esses propósitos, são apontados três macro-objetivos:

- Elevar a empregabilidade, envolvendo a qualificação profissional e a intermediação de mão-de-obra;
- Fortalecer as atividades econômicas, compreendendo a estruturação do comércio e serviço popular e a dinamização de serviços e comércio modernos; e
- Inovar e promover a difusão do conhecimento científico e tecnológico.

Desdobram-se, a partir de então, três objetivos específicos, tendo em vista alcançar como impacto a elevação do PIB municipal e do Índice de Desenvolvimento Humano no componente Renda (IDHM-Renda) e a diminuição da concentração de renda. São eles:

- Criar um ambiente favorável ao estabelecimento de novos negócios e ao empreendedorismo;
- Elevar o total de postos de trabalho e a renda média;
- Fortalecer a atividade econômica municipal.

Assim, definem-se três eixos de intervenção, com ações voltadas para o estímulo e apoio a:

- Empresas e Serviços Modernos, a Economia do Turismo e da Cultura
- Políticas de Trabalho e Economia Solidária.
- Criação de micro-pólos de desenvolvimento urbano.

E também se firmam enquanto estratégias de intervenção:

- A ampliação do acesso ao microcrédito orientado;
- A democratização do acesso à informação e ao conhecimento;
- O estímulo à ampliação dos ambientes de produção;
- O fomento à inovação nas atividades econômicas.

A análise das condições atuais considerada no contexto dos fundamentos e propósitos expostos anteriormente faz identificar um conjunto de oportunidades estratégicas que assumirão uma condição de prioridade na implementação do PPA 2010-2013, sendo elas:

- *Suape*, considerando a demanda por serviços modernos, como consultorias, serviços educacionais e engenharias;
- *Copa 2014*, com o desafio de preparar a cidade para aproveitar as oportunidades econômicas de maneira mais equitativa e com o devido controle urbano;
- *Grande Recife Consórcio de Transporte*, materializado na configuração de terminais com diversificação econômica, incluindo preferencialmente o comércio informal “ambulante” na escala metropolitana envolvendo além do Recife, Paulista, Olinda, Jaboatão dos Guararapes – que compõem o sistema viário Norte-Sul;
- *Micro-pólos de desenvolvimento*, em territórios irradiadores de desenvolvimento;
- Cadeias produtivas, com enfoque dirigido ao PARQTEL, o Porto Digital, o Pólo Médico, a instalação de unidades de *Call Center*, e ainda atenção especial aos segmentos da gastronomia, economia criativa, dentre outras.

Na implementação desse modelo são apontados como critérios na identificação e definição de territórios prioritários:

- IDHM inferior a 0,8 (com IDH renda < 0,8 e IDHM-educação \geq 0,8);
- Ter sinais de atividade econômica local;
- Ser beneficiário de Políticas Públicas Sociais;
- Quantitativo populacional;
- Renda média dos responsáveis pelo domicílio menor que R\$ 800,00;
- Ser uma ZEDE ou ter forte vínculo sócio-econômico com uma ZEDE;
- Ser uma ZEIS beneficiária de Programas de Transferência de Renda.

Ainda assim outros critérios são apontados para a definição de atividades econômicas prioritárias:

- Apresentar vantagens competitivas.
- Ser dinâmico.

- Apresentar efeito multiplicador de atividades econômicas, emprego e renda.
- Apresentar potencial para exportar.

Por fim, o monitoramento da política de desenvolvimento econômico tomará como indicadores:

- PIB municipal
- IDHM (municipal, RPA, ZEIS)
- IDHM-Renda (municipal, RPA, ZEIS)
- Gini (mensuração da concentração de renda)
- Renda média do responsável pelo domicílio;
- Número de negócios estabelecidos na comunidade;
- Número de negócios que evoluíram de informal para formal;
- Número de negócios que evoluíram de autônomo para PJ;
- Número de negócios que cresceram;
- Taxa de mortalidade de negócios;
- Taxa de crescimento de negócios;
- Taxa de empregabilidade;
- Número de novos negócios e postos de trabalho na comunidade;
- Número de indivíduos que evoluíram do Programa Bolsa Família;

○ *Cultura*

No campo da Cultura, integrado a um projeto de desenvolvimento econômico, novos desafios se apresentam para consolidação da política cultural na Cidade do Recife:

- Manter as conquistas ampliando e aprofundando ações em todas as RPA's;
- Qualificar e organizar os segmentos artísticos e os produtores culturais;
- Aumentar, incentivar, divulgar, a produção cultural;
- Ampliar a captação de recursos;
- Levar o conhecimento da memória histórica da cidade à população;
- Desenvolver e utilizar novas tecnologias para maior qualificação das atividades.
- Estruturar Secretaria de Cultura e a Fundação de Cultura Cidade do Recife (FCCR) para responder aos novos desafios.

Com base nas diretrizes e programas estratégicos do Plano Municipal de Cultura e nas deliberações da Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2007, fundamenta-se o planejamento das ações a serem desenvolvidas. E caberá aos gestores da Secretaria e da

Fundação de Cultura definir as prioridades, conforme a disponibilidade de recursos previstos no orçamento. Tais decisões observam orientações estratégicas, primeiramente conforme a classificação das ações nos seguintes campos:

- Diversidade, descentralização e direitos culturais;
- Economia da Cultura;
- Patrimônio cultural e arquitetura;
- Formação e intercâmbio cultural; e
- Gestão Pública da Cultura;

No mais, a escolha de prioridades nas ações da promoção da cultura também resulta de sua análise diante dos seguintes objetivos estratégicos:

- Desenvolver a cultura em todos os seus campos, como expressão e afirmação de identidade;
- Democratizar o acesso e descentralizar as ações culturais, num movimento de mão dupla, centro-periferia/periferia-centro;
- Inserir a cultura no processo econômico, como fonte de geração e distribuição de renda;
- Consolidar o Recife no circuito nacional e internacional da cultura;
- Implementar um modelo de gestão moderno, transparente e democrático;
- Viabilizar uma política cultural ampla e integrada ao espaço metropolitano;
- Dar visibilidade, estimular e valorizar a produção cultural local;
- Estimular, através da cultura, o exercício da cidadania dos recifenses e oferecer especialmente aos jovens uma perspectiva de futuro com dignidade;

Com base nos objetivos estratégicos, nos relatórios quantitativos e qualitativos, nas pesquisas realizadas no período 2002/2008, nas atividades em parcerias com outros órgãos da administração Municipal, Estadual e Federal, a Secretaria de Cultura, realizará um aprofundado estudo para consubstanciar todos os dados culturais. Esse esforço vai originar, de forma referencial, um conjunto de subsídios técnicos, que constituirão os Indicadores Culturais do Recife, podendo-se citar como exemplo:

- O crescimento das atividades culturais;
- O crescimento do turismo cultural;
- Imaginário da identidade cultural;
- A construção social da cultura.

○ *Turismo*

Constitui objetivo central da política de turismo consolidar a imagem do Recife como cidade turística, geradora de emprego e renda, atraente e vivenciada por sua população, e destino preferencial para os mercados emissores.

Neste contexto, a Secretaria de Turismo está alinhada à política da atual gestão municipal, contribuindo, através da implementação de projetos e atividades de caráter diverso, para minimizar desigualdades, promover a inclusão social e zelar pela cidade enquanto patrimônio natural, cultural e local de moradia e orgulho da população.

A partir daquele propósito geral e da sua conformação sob essa estratégia de integrar-se a políticas sociais e culturais, são apontados os seguintes objetivos específicos:

- Preparar o Recife para atrair e bem receber os fluxos turísticos decorrentes da realização da Copa das Confederações/Copa 2014;
- Elevar a competitividade turística do Recife, tornando a cidade referência em qualidade para o visitante;
- Assegurar o aproveitamento efetivo da visibilidade atribuída ao Recife enquanto subsede da Copa 2014;
- Fortalecer o desempenho do Recife como destino indutor, capaz de, enquanto capital de Pernambuco e grande concentrador da infra-estrutura receptiva do estado, contribuir decisivamente ao desenvolvimento turístico regional;
- Tornar mais atraente e dinâmica a imagem turística do Recife por meio de um trabalho objetivo e pontual, focado na estruturação de produtos turísticos, melhoria dos serviços receptivos e fácil acesso à informação;
- Contribuir para o uso responsável dos recursos naturais e históricos, ao respeito à produção cultural, para a inserção da população residente no processo turístico e para a competitividade mercadológica dos produtos turísticos recifenses;
- Assegurar o desenvolvimento sustentável da atividade turística no Recife;
- Elevar a participação da renda gerada pelo turismo no PIB do Recife;
- Assegurar e elevar o patamar de empregos hoje disponibilizados por setores ligados direta ou indiretamente ao turismo no Recife;
- Promover a melhoria da qualidade de vida da população e acompanhar os avanços obtidos;

- Identificar novos atrativos para o Recife e requalificar/divulgar aqueles que, embora já existentes, sejam ainda desconhecidos para a maioria da população e integrantes da cadeia produtiva local;
- Estimular o incremento dos fluxos turísticos internos e externos, bem como o aumento da taxa de permanência no Recife; incrementar o gasto individual diário do visitante, sem esquecer a importância dos excursionistas vindos dos estados vizinhos e de cidades de Pernambuco, criando programações específicas para atraí-los nos fins de semana e feriados, sobretudo em períodos de baixa estação;
- Incentivar os investimentos no turismo do Recife junto aos setores público e privado;
- Avançar na promoção do Recife junto aos mercados emissores e gerir o turismo buscando o alinhamento entre fluxo turístico, oferta hoteleira e infra-estrutura;
- Contribuir para a manutenção e viabilidade econômica da capacidade turística instalada no Recife;
- Estimular o consumo turístico do Recife por sua própria população;
- Envolver a comunidade no planejamento e operacionalização do turismo, compartilhando com cada cidadão a responsabilidade de “bem receber” o visitante;
- Facilitar a integração dos vários setores que compõem o fenômeno turístico, estimulando a parceria de trabalho entre os mesmos.

Com base na análise dos objetivos da Política de Turismo, podem-se apontar as principais diretrizes da mesma, quais sejam:

- Vivência da cidade pela população;
- Qualidade do destino;
- Preparação turística da cidade para recepção da Copa 2014;
- Incremento dos fluxos turísticos;
- Incremento da receita turística;
- Inclusão social através do turismo;
- Atração de investimentos.

Por fim, foram estabelecidas metas, após discussão com o *Trade Turístico* e outros segmentos da iniciativa e privada e do poder público, visto exigirem o envolvimento e a parceria dos mesmos. Dentre as metas propostas estão:

- Estruturação de uma base informacional sobre o Recife para subsidiar o *trade* na venda do destino; estímulo ao consumo turístico e à elevação da taxa de permanência na cidade e consolidação, junto à imprensa e demais veículos de comunicação, de

uma imagem do Recife como atraente destino de viagens, capaz de atender aos anseios e expectativas dos diversos mercados emissores;

- Qualificação de 70% da cadeia produtiva do turismo no Recife (cerca de 30.000 profissionais ligados direta e indiretamente ao setor), incluindo o conhecimento “*in loco*” dos produtos e serviços turísticos, de modo a assegurar o domínio e a apropriação da cidade por parte dos supracitados profissionais;
- Operacionalização, pelas agências receptivas locais, dos 20 roteiros turísticos estruturados através da parceria Setur/*Trade* e criação de novos passeios a partir de oportunidades identificadas no mercado, a exemplo de *tour* pelo Bairro do Recife direcionado aos passageiros dos cruzeiros que desembarquem na cidade;
- Captação, identificação, fortalecimento, apoio ou criação de um evento/mês capaz de atrair fluxos turísticos internos (Região Metropolitana e Pernambuco), regionais, nacionais e/ou internacionais;
- Ampliação da política municipal de incentivos fiscais para instalação de empreendimentos turísticos no Recife e desenvolvimento de um trabalho de captação de investimentos, de modo a fomentar o crescimento de 50% na oferta de leitos da cidade, viabilizando a hospedagem de novos fluxos turísticos, inclusive durante a Copa 2014;
- Manutenção da ocupação hoteleira no patamar de 80%;
- Crescimento de 10% no gasto médio individual diário do visitante mediante a divulgação de oportunidades de consumo, com compras, passeios, programas especiais e outros itens de interesse turístico;
- Incremento da taxa de permanência do turista na cidade para quatro dias, por meio da estruturação de pacotes especiais em parceria com operadoras turísticas;
- Estímulo, ao longo do quadriênio 2009/2012, ao aumento de 30% no número de recifenses que conhecem os principais atrativos turísticos de sua cidade (*Imperdíveis do Recife*);
- Fazer do Recife o principal portão de entrada do Nordeste.

Para avaliar o desempenho do turismo no Recife durante o quadriênio podem ser considerados como indicadores:

- Evolução do fluxo turístico global;
- Evolução da oferta hoteleira;
- Evolução da taxa de permanência no Recife;
- Evolução do Gasto Médio Individual Diário do Turista – GMID;
- Evolução dos índices de ocupação hoteleira;

- Evolução do desempenho dos serviços de alimentação e lazer;
- Evolução do grau de conhecimento do Recife pelo recifense;
- Evolução do Índice de Satisfação do Turista;
- Evolução da oferta de emprego na hotelaria e na área de alimentação.

b. Desenvolvimento Urbano e Ambiental

As principais linhas de ação propostas contemplam o planejamento urbano participativo, o fortalecimento do controle urbano e ambiental – com foco tanto no espaço natural quanto no construído, e especial atenção a áreas de riscos –, o exercício da gestão e os sistemas de informação, e a descentralização e integração urbana.

A sustentabilidade das Cidades está diretamente ligada à garantia do direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e as futuras gerações. Para garantir a perspectiva do desenvolvimento sustentável é fundamental estabelecer uma relação entre as Políticas Urbanas, Sociais e Ambientais, e o Desenvolvimento Econômico para reabilitar ambientes degradados e oferecer melhor condição de mobilidade e habitabilidade, integrando os espaços de forma confortável e segura.

A excelência da qualidade de vida nas cidades é fator crucial para a convivência pacífica dos cidadãos e para a minimização da violência urbana. O planejamento e o controle urbano e ambiental são algumas das ferramentas para se alcançar este objetivo.

o Planejamento Urbano Participativo

Caberá ao Sistema de Planejamento Urbano Participativo e de Gestão Democrática coordenar a elaboração de Planos Setoriais, de Planos e Programas Regionais, Microrregionais ou Locais e ainda do Orçamento Participativo Anual. Os Planos e Programas Regionais, Microrregionais ou Locais deverão conter objetivos, diretrizes, metas, ações e vinculação orçamentária específica, por região político-administrativa, e serão elaborados com a participação das instâncias do Orçamento Participativo da região, em consonância com o Plano Diretor.

Almeja-se utilizar a experiência, a tecnologia e os mecanismos desenvolvidos na proposta do Orçamento Participativo, um dos maiores programas de democracia participativa do país. Esse será o ponto de partida para consolidar o modelo de Planejamento Participativo, que integra a população aos processos de desenvolvimento urbano e ambiental, e garante os seus direitos no exercício da cidadania.

Para dar suporte ao Planejamento Participativo, deverão ser desenvolvidos os planos microrregionais, priorizando um novo tratamento para os morros da cidade, com transformação da atual política de prevenção de riscos numa política de urbanização de morros, de forma a integrá-los à cidade através da mobilidade e acessibilidade urbana.

Os Planos Microrregionais deverão ainda prever a construção de equipamentos e espaços públicos de educação, cultura e lazer tendo como foco a concepção das escolas-bairro. Além disso, deve propiciar o desenvolvimento das Zonas Especiais de Dinamização Econômica (ZEDE) – parte do zoneamento definido no Plano Diretor – e das áreas de atividades múltiplas, compreendendo os eixos e centros principais, secundários e locais, dotando-os de corredores de transporte coletivo e boas condições de acessibilidade. Merece ainda destaque a qualificação das ZEDes do Centro Principal de Boa Viagem, e do Centro Expandido para exercerem o papel de centros metropolitanos, com capacidade de dar suporte às repercussões dos grandes investimentos no Complexo de SUAPE.

A reabilitação e dinamização do Centro Expandido deverão focar principalmente a utilização do estoque imobiliário vazio ou subutilizado para fins habitacionais, a diversificação de usos, e a requalificação de espaços e equipamentos urbanos. Tudo isso em consonância com o Estatuto da Cidade e com as políticas e investimentos federais conduzidos pelo Ministério da Cidade, especialmente.

A Mobilidade Urbana, conjunto organizado e coordenado dos meios, serviços e infra-estrutura que costura o tecido urbano garantindo os deslocamentos de pessoas e bens na cidade, é o foco principal do planejamento para os próximos anos. Desta forma, as ações serão voltadas para a integração das redes de transporte e circulação viária, com a construção de terminais do Sistema Estrutural Integrado (SEI), dos corredores de transporte coletivo, de ciclovias, e de vias estruturadoras como a Via Mangue, obra prioritária para circulação da zona sul. São ações que vão além da dimensão do próprio Recife, aprimorando sua vocação de principal pólo metropolitano.

Têm igual importância as obras complementares de mobilidade e acessibilidade, destacando a requalificação dos passeios públicos, com a eliminação dos obstáculos que interferem negativamente na circulação do pedestre. Com o mesmo propósito, destaca-se a requalificação de terminais e paradas de coletivos nos centros secundários e, particularmente, nas áreas de morros.

O planejamento reafirma, assim, o seu papel de definir as diretrizes necessárias para que o município possa exercer o controle urbano.

- *Controle Urbano e Ambiental*

O processo de crescimento das cidades, pautado em ações que privilegiam a geração de lucro e não o bem-estar social, destruiu relações culturais, ambientais e sociais que precisam ser resgatadas. O controle urbano e ambiental deverá assumir nova postura frente à sociedade, buscando garantir a qualidade de vida almejada pela população e retratada no planejamento urbano participativo.

- O Controle do Meio Ambiente Natural

Firma-se o compromisso de dar prosseguimento à estruturação institucional de uma política ambiental, fazendo com que se torne capaz de oferecer suporte aos novos investimentos metropolitanos. O objetivo é de conferir qualidade ambiental na construção de uma cidade do presente e do futuro, socialmente justa, ambientalmente equilibrada e economicamente sustentável.

A ampliação dessas conquistas é obtida pela perfeita coordenação das ações de comando e controle ambiental, ações de educação e de comunicação ambientais, além da efetivação de programas ambientais setoriais.

O controle da qualidade ambiental integra os segmentos do licenciamento, combate à poluição sonora, fiscalização e monitoramento. A recente municipalização do licenciamento coloca como meta a total informatização dos procedimentos, com a criação do portal de licenciamento ambiental municipal, que visa tornar o processo mais célere e transparente.

O tratamento da poluição sonora será prévio, apoiado nas ações do licenciamento ambiental, que avalia os impactos antes que eles aconteçam, assim como no alvará para utilização sonora. O controle preventivo dessa e de todas as formas de poluição é medida necessária

para se obter a efetiva tutela do patrimônio ambiental do município e está lastreada por estruturas de fiscalização ambiental, realizada por corpo técnico efetivo apoiado pelo grupo ostensivo de brigadistas ambientais da Guarda Municipal.

Aparecem como suporte fundamental às atividades de licenciamento o alvará e a fiscalização, o monitoramento da qualidade ambiental, por sua tarefa precípua de identificar e atualizar os padrões de qualidade ambiental da cidade do Recife. A implantação do monitoramento da qualidade ambiental será estruturado para que viabilize o desempenho qualitativo, avaliado por indicadores ambientais pretendidos para o Recife.

Num contexto em que se pretende o envolvimento da população, a continuidade do patrocínio às políticas de participação popular, formação cidadã e de construção coletiva será realçada com a consolidação da política de educação ambiental municipal, que essencialmente prima por transversalidade e por adoção de boas práticas institucionais e da sociedade.

Na esteira das boas práticas da coletividade, a qualidade do ambiente urbano envolve iniciativas, projetos e ações voltados à ampliação de espaços verdes na cidade, com o objetivo de contribuir para a amenização do clima, oferecer uma paisagem menos árida à cidade, estimular a convivência do homem com a natureza e a proteção do patrimônio ambiental da cidade materializado pelas suas unidades de conservação.

A perfeita articulação inter-setorial da administração municipal, integrando as agendas de cada uma das políticas públicas com a política ambiental será favorecida pela ação conjunta dos diversos atores ambientais, que promoverá a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

- O Controle do Meio Ambiente Construído

Tornar a ação pública mais eficiente e proporcionar resolubilidade em todas as áreas de atuação, agilizando processos e reduzindo o tempo e a distância entre a Prefeitura e o cidadão do Recife é premissa de governo.

Atendendo a competência municipal de disciplinar o uso do solo urbano, através da aplicação da Legislação Urbanística, com o licenciamento e fiscalização de todas as obras e atividades urbanas efetuadas na cidade, o Controle Urbano representa uma interface importante da Prefeitura com os cidadãos.

Cumprir com eficiência a desafiante missão de gerenciar os conflitos entre os diversos usos, nos espaços públicos e privados da cidade, atendendo com qualidade às demandas do cidadão será uma meta prioritária.

Desta forma, contratação de novos servidores concursados, modernização dos sistemas de acompanhamento dos processos e capacitação dos servidores para aplicação das novas legislações como o Plano Diretor, a Lei de Publicidade e a Lei de Alvarás, vem sendo implementados e precisam ter continuidade no sentido de eficientizar a atuação do poder público no atendimento das demandas da população.

O processo de integração das ações de controle urbano com os diversos segmentos do poder público, notadamente com Desenvolvimento Econômico, na busca de alternativas para a formalização do comércio informal, com o estímulo aos comerciantes que, formalizados, terão direito a incentivos que hoje não são alcançados e com a Defesa Civil, na ampliação do Plano de Redução de Riscos dialogando com os planos microrregionais, de forma a obter um melhor resultado nas ações desenvolvidas nas áreas de morros na cidade.

Para o alcance de melhores resultados e eficiência na gestão urbana da Cidade, são elementos fundamentais: adequação da estrutura organizacional e dos recursos materiais do Controle Urbano, ampliação e modernização do cadastro dos comerciantes informais da cidade, cobrindo e detalhando todo o universo de modo a fornecer subsídios para Projetos de intervenção; Intensificação da fiscalização (do comércio informal + controle urbano) no centro histórico e pontos turísticos, áreas públicas e de risco; Modernização do Sistema dos Processos de Fiscalização de Controle Urbano; Digitalização dos arquivos das regionais da DIRCON; Capacitação dos servidores para aplicação das novas legislações urbanísticas, Plano Diretor, etc; Capacitação dos servidores em ferramentas gerenciais e atendimento ao público; Criação de procedimentos para agilizar a análise dos processos de Alvarás de Localização e Funcionamento e implementação dos novos instrumentos jurídicos concebidos no Plano Diretor.

- O Controle de Riscos

A Defesa Civil envolve um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais, reabilitadoras e reconstrutivas destinadas a evitar ou minimizar desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social. Os princípios norteadores do Sistema de Defesa Civil da Cidade estão pautados nos seguintes eixos: i) Defesa civil permanente; ii) Ação descentralizada; iii) Administração de proximidade; iv) visão sistêmica dos espaços; v)

integração dos órgãos do sistema; vi) intervenção continuada de pequeno porte; vii) participação direta da população.

O modelo atualmente aplicado está baseado em atividades de identificação e análise do risco (Prevenção e Preparação) com a elaboração do Plano Local de Redução do Risco- PLRR (execução na normalidade), no contingenciamento de recursos humanos, materiais e financeiros (Reconstrução e Resposta): e no Plano de Comunicação de Risco

A médio e longo prazo os principais desafios para a melhoria do gerenciamento de risco estão diretamente ligados a ampliar o apoio ao controle urbano efetivo ;ampliar o apoio a atividade educacional ampliando a percepção do risco e a preservação ambiental;ampliar o apoio ao desenvolvimento de um planejamento urbano inclusivo, focado na melhoria da condição de habitabilidade; ampliar a capacidade instalada para melhoria na qualidade da prestação do serviço;ampliar o controle social nas ações desenvolvidas e a integração com outros mecanismos de participação e defesa da população, tais como, conferências, conselhos, atividade de segurança e defesa social.

- *Gestão e Informação*

A administração municipal considera o fato de que a necessidade de informações precisas e ajustadas ao contexto das Secretarias Municipais é fundamental para auxiliar nos processos de gestão, de forma alinhada com os preceitos constitucionais quanto à Lei de Responsabilidade Fiscal, Plano Diretor e Políticas Sociais.

Está programada a construção de uma base cartográfica precisa e atualizada, de ferramentas específicas para um Sistema de Informações Geográficas. Com isso pode-se integrar a coleta, armazenamento, manipulação, análise e apresentação de informações sobre entes de expressão espacial. Assim, com metodologias adequadas de trabalho, pode-se dar suporte à implementação de diversas soluções para as Secretarias Municipais, tais como de Planejamento, Finanças, Saneamento, Saúde, Educação entre outras, sendo de fundamental importância para o apoio à tomada de decisão, a aquisição dos produtos e serviços.

- *Descentralização e Integração*

A melhoria do serviço prestado à população implica em aprimorar as relações intergovernamentais e o controle social da população sobre as ações do executivo e encontra

na descentralização e na implantação de ouvidorias fundamentos estruturadores de uma nova modelagem de gestão pública.

Uma importante estratégia é aprofundar a descentralização para intervir regionalmente de forma articulada, evitando a fragmentação, dispersão e baixa otimização dos recursos, priorizando uma lógica territorial horizontalizada, para um ágil desempenho do serviço público e atendimento eficiente às demandas dos cidadãos.

Neste sentido, coordenar ações regionais integradas é ter como perspectiva aumentar a eficiência e a eficácia das ações do governo, mediante responsabilização de seus agentes, através da transparência, moralidade e eficiência na execução, com auxílio de ferramentas tecnológicas de escuta a população.

Assim, as ações integradas tornam a gestão pública eficiente e influencia nas mudanças das estruturas tradicionais e verticalizadas de organização dos governos, tendo como importante missão melhorar as condições de vida da população em áreas delimitadas geograficamente.

A promoção e ampliação das responsabilidades gerenciais, para descentralizar a execução das ações, valorizam a autonomia dos gerentes e servidores, em contínua capacitação, fomentando as ações administrativas, de forma eficaz e ágil, adotando sempre os critérios legais, orientadas para o resultado, com foco no cidadão, que é a marca desta gestão.

- *Infra-estrutura e serviços*

Na construção das políticas a serem implementadas pela Secretaria de Serviços Públicos e suas empresas de administração indireta, para o próximo quadriênio, foram consideradas as seguintes premissas:

- Orientação estratégica em dar continuidade aos Projetos e ações do governo da gestão anterior, procurando aperfeiçoar e redirecionar as questões técnicas, quando necessário, objetivando o melhor resultado possível
- Identificação entre os eixos estratégicos do governo da gestão anterior, com os eixos do atual plano de governo.
- Propor políticas em conformidade com o atual plano de governo e quando possível, integrado a ações do governo do Estado, para a região metropolitana.
- Atender as necessidades indicadas nos diagnósticos realizados e se estruturar para a implementação de Projetos e Ações, voltados para a Requalificação e Manutenção da

Intra-Estrutura urbana do Recife, objetivando alcançar um padrão de excelência nos serviços públicos, compatível com a realização da Copa do mundo de 2014.

São apresentadas a seguir algumas das principais ações previstas para o período:

- Requalificação de Espaços de interesse Público:
 - Consolidar o programa de Requalificação e Reapropriação dos Espaços Públicos, priorizando dentre outras ações a requalificação da orla marítima e urbana, além de contenção do avanço do mar da praia de Boa Viagem;
 - Planejar a ampliação e modernização dos Cemitérios Públicos (Necrópoles);
 - Construção do anexo do Mercado de São José e articulação do seu entorno com a requalificação das áreas do Porto do Recife;
 - Construção do anexo do Mercado de Nova Descoberta e ordenamento do seu entorno;
 - Desapropriação e reforma dos Mercados de Engenho do Meio, Areias e Boa Viagem;
 - Requalificar os principais mercados para tornarem-se equipamentos atrativos, visando à realização da Copa de 2014, no Brasil, por meio da execução de obras civis de intervenções e adequações na infraestrutura;
 - Elaborar estudo para identificar as necessidades e Implementar projetos de Arborização dos espaços públicos, para colocar o Recife no ranking das capitais com melhor qualidade de vida, nesse aspecto;
 - Implantar uma política de arborização urbana, estabelecendo como meta disponibilizar o mínimo de 12 metros quadrados de área verde por habitante, conforme a recomendação da ONU;
 - Implementar Projetos de Macro-Drenagem; Manter as obras de contenção do avanço do mar; Recuperar e Manter Pontes, Viadutos, Túneis, Pontilhões e Passarelas do Município; Recuperar e Manter Banheiros Públicos.

- Mobilidade e Acessibilidade
 - Consolidar a implantação do PRONASCI, – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, através de projeto integrado com a Secretaria de Direitos Humanos e Segurança Cidadã;
 - Central de Operações Integradas – Integrar a central de operações de tráfego da CTTU com a sala de operações integradas, que será construída na CTTU. Esta sala integrará os serviços de órgãos da segurança, saúde e trânsito, visando transformar a atuação articulada para melhor atender a população. Com sua instalação será possível monitorar territórios delimitados, de forma ininterrupta, através de vídeo-

monitoramento, sistema de rádio-comunicação, sensoriamento remoto, celulares e internet, interligados a uma central de vigilância comandada por integrantes do sistema de segurança pública municipal;

- Garantir a mobilidade como condição essencial para o acesso das pessoas às funções urbanas, considerando os deslocamentos metropolitanos, a diversidade social e as necessidades de locomoção de todos os cidadãos, em especial as pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida;
 - Estimular o transporte coletivo de passageiros;
 - Ampliação da gestão de trânsito e modernização da rede semafórica;
 - Definir política de estacionamento de veículos de carga e de passageiros no espaço urbano;
 - Consolidar um Sistema Viário de Acesso como suporte da sinalização indicativa e turística;
 - Concluir a implantação do Serviço de Transporte Complementar de Passageiros do Recife - STCP/Recife.
-
- Drenagem urbana
 - Intensificar as Ações e Projetos para a eliminação de pontos de risco, através de obras de contenção e drenagem, com ampliação da capacidade de recuperação de escadarias e muros de arrimos e eliminação dos pontos críticos de drenagem;
 - Implementar projetos de Macro-Drenagem nas calhas de Rios e Canais afluentes da bacia do Rio Beberibe;
 - Desenvolver Projeto de Proteção contra Erosão Costeira em Boa Viagem;
 - Projeto Integrado com as Ações desenvolvidas pelo Governo do Estado para a Região Metropolitana;
 - Desenvolver ações sócio-ambientais para a preservação das margens de canais e cursos d'água;
 - Elaborar o Plano Setorial de Drenagem Urbana;
 - Através do Programa Guarda-Chuva, juntamente com os demais órgãos envolvidos nesta ação, avançar na eliminação de pontos de risco através de obras de contenção e drenagem com ampliação da capacidade de recuperação de escadarias e muros de arrimo e eliminação dos pontos críticos de drenagem;
 - Manter os Projetos e Ações de manutenção contínua dos sistemas de Macro-drenagem e Micro-drenagem;
 - Implementar Projetos de Macro-Drenagem;
 - Manter as obras de contenção do avanço do mar;

- Desenvolver ações sócio-ambientais para a preservação das margens de canais e cursos d'água.

- Resíduos Sólidos
 - Implementar a Gestão compartilhada de Resíduos Sólidos, em conformidade com as diretrizes estratégicas recomendadas pelo Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana do Recife (Metropolitano);
 - Dar continuidade a Implantação do Projeto “Nova Destinação Final dos Resíduos Sólidos do Recife (Recife Energia)”;
 - Implementar uma gestão eficiente e eficaz do sistema de limpeza urbana garantindo a prestação dos serviços essenciais à totalidade da população;
 - Formar uma consciência comunitária sobre a importância da opção pelo consumo de produtos e serviços que não afrontem o meio ambiente e com menor geração de resíduos sólidos; e a relevância da adequada separação e disponibilização do lixo domiciliar para fins de coleta;
 - Minimizar a quantidade de resíduos sólidos por meio da prevenção da geração excessiva, incentivo ao reuso e fomento à reciclagem;
 - Controlar os processos de geração de resíduos nocivos e fomentar a busca de alternativas com menor grau de nocividade;
 - Desenvolver o tratamento e o depósito ambientalmente adequado dos resíduos remanescentes;
 - Coibir a disposição inadequada de resíduos sólidos mediante a educação ambiental, a oferta de instalações para a sua disposição, bem como a fiscalização efetiva;
 - Estimular o uso, o reuso e a reciclagem de resíduos, em especial ao reaproveitamento de resíduos inertes da construção civil;
 - Elaborar e implementar o Plano Setorial de Resíduos Sólidos, de forma integrada com o Plano de Gestão de Saneamento Ambiental;
 - Consolidar o Processo de Coleta Seletiva com a implantação de novos Núcleos de Triagem Planejados para o quadriênio;
 - Implantar Núcleo Gestor de Recursos e Ações para Coleta Seletiva;
 - Planejar e Implantar Galpões de Triagem para Coleta Seletiva para atender a demanda do Quadriênio.

c. Políticas Sociais

○ *Saúde*

Os desafios para o período 2010-2013 trazem um novo momento no desenvolvimento das políticas públicas municipais de saúde. Findado o período de expansão, o Recife precisa consolidar os serviços implantados, potencializar as ações em andamento através de mecanismos de fortalecimento institucional, de desenvolvimento da gestão do trabalho e da estrutura gerencial da Secretaria de Saúde. E fazer isto mantendo ainda um movimento de expansão, de menor volume, para garantia dos ajustes necessários à consolidação do modelo de atenção e garantia de acesso à população.

Este novo ciclo demanda reformulação dos desenhos e estruturas organizacionais, bem como o máximo aproveitamento do capital intelectual e tecnológico do município nas inúmeras Universidades e Centros Formadores e de Pesquisa de que dispõe. As articulações com os municípios da Região Metropolitana, construindo parcerias, e a valorização dos espaços de pactuação, como a Comissão Intergestores Bipartite, deverão ser caminhos de superação das dificuldades comuns.

Além disso, a gestão precisa continuar inovando, repensando o sistema de saúde a partir de sua base. Neste sentido, a proposta de Apoio Institucional, fortalecendo a ação no território, abre o caminho para uma reformulação do projeto de atenção à saúde na rede. A centralidade de esforços na consolidação das ações assistenciais, articuladas com a vigilância à saúde e a promoção, direcionarão os esforços na também qualificação das atividades meio, buscando a racionalidade administrativa e a sustentabilidade financeira das propostas em desenvolvimento.

É necessário radicalizar nas reformas administrativas para potencializar as ações de saúde nos territórios, com contratos de metas; revisão do gerenciamento na ponta; maior autonomia dos serviços; reformulando o projeto de atenção à saúde na rede, pois, se há uma crise financeira internacional que impacta no município, também há possibilidade de crise no modo de fazer a atenção e estruturar o processo de trabalho.

Para garantir a sustentabilidade das ações é preciso não apenas re-pactuar a relação com os trabalhadores, garantido espaços de co-gestão, o maior investimento na formação permanente destes profissionais, além da radicalização do processo de democratização na condução dos serviços, garantindo mais autonomia para as unidades de saúde; como também definir a contratualização de metas e o estabelecimento de normas, protocolos e fluxos claramente

postos e gerenciados. Desta forma, a autonomia construída não se confundirá com ação fragmentada ou ausência de integração entre os setores, mas como um real fortalecimento e amadurecimento institucional dos Distritos Sanitários e Unidades de Saúde. Tal garantia, da sustentabilidade das ações, também está ancorada em melhorias do processo de comunicação interno/externo.

Para alcance do objetivo de assegurar maior qualidade dos serviços desenvolvidos, maior aprimoramento gerencial, e expansão do acesso ao atendimento, propõe-se a consolidação de um *Modelo de Atenção à Saúde em Defesa da Vida*, mediante dois grandes eixos de atuação:

- *A Reforma do modelo de atenção e prestação de serviços de saúde à população;*
- *A Reforma dos mecanismos de gestão e organização dos processos de trabalho na saúde.*

Estes dois grandes eixos terão sua operacionalização orientada a partir de dez diretrizes de atuação da Secretaria de Saúde:

- *Centralidade no território e no sujeito:* Consolidar as atividades da Secretaria de Saúde a partir do território, valorizando os instrumentos de gestão territorial; Garantir que o cidadão é o foco da atuação finalística da saúde, evitando o risco do foco coletivo em detrimento da pessoa.
- *Atenção Básica como ordenadora da rede de saúde:* Reorganizar e fortalecer a rede básica como base do sistema de saúde, de forma a atuar como espaço de articulação das várias ações da secretaria, ampliando sua resolutividade e desenvolvendo vínculo com a comunidade.
- *Clínica Ampliada/Saúde coletiva:* Fortalecer os vínculos da comunidade com a equipe de saúde, em atuação interdisciplinar, através de mudanças de práticas, ampliação da clínica e responsabilização da equipe.
- *Co-gestão e produção de autonomia:* Desenvolver estratégias de gestão colaborativa e democrática, com co-responsabilização de trabalhadores e usuários na ação e resultados, desenvolvendo a autonomia das unidades e equipes na condução dos processos de trabalho.
- *Articulação intersetorial:* Potencializar ações conjuntas e parcerias com diversos atores: outras secretarias, municípios, estado e instituições da sociedade organizada.
- *Equidade na gestão de recursos:* Direcionar os investimentos a partir de critérios de priorização pelo mapeamento de risco, necessidade e fortalecimento da política.

- *Desenvolvimento e modernização organizacional*: Garantir agilidade e correção nos processos administrativos financeiros para a adequada execução das ações. Buscar otimização na gestão dos recursos, ampliação da captação e redução de custos.
- *Desenvolvimento de Pessoas e Educação Permanente*: Desenvolver as ações de formação permanente do funcionalismo, além de estratégias de estímulo e valorização do servidor.
- *Qualificação dos Processos Internos de Trabalho e dos Mecanismos de Gestão*: Consolidar a política de gestão de pessoas no território e desenvolver estratégias de aprimoramento dos processos de trabalho com vistas à qualificação das ações e alcance das metas
- *Desenvolvimento de Estratégias de Comunicação*: Desenvolver estratégias de difusão de informações e comunicação para o fortalecimento da política municipal de saúde e da cultura comunicativa institucional; a ação se dará internamente, no governo municipal, e externamente, para a população em geral, como meio de facilitar fluxo de informações, transversalizar o conhecimento, promover clima de confiança interno e fortalecer a identidade institucional.

○ *Educação*

A Prefeitura do Recife, preocupada com o desenvolvimento da educação na cidade, aposta na permanência dos alunos na escola, com qualidade. Para tanto, propõe um *Programa de Qualidade* que se pauta nos seguintes eixos:

- *Expansão e melhoria da rede municipal de ensino;*
- *Valorização e gestão das pessoas;*
- *Ampliação e qualificação das tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais da rede municipal de ensino;*
- *Qualificação dos processos de ensino aprendizagem;*
- *Gestão democrática e mobilização social em defesa da educação.*

O Programa de *expansão e melhoria da rede de ensino* tem duas linhas de ação: qualificação e manutenção das escolas, que tem o objetivo de manter e equipar as escolas, o resultado esperado é a qualificação dos espaços educacionais, melhorando o padrão arquitetônico; e ampliação e construção de novas sedes com o objetivo de ampliar o número de vagas para o atendimento aos estudantes da rede municipal de ensino.

O Programa de *desenvolvimento e qualificação de pessoas* tem como diretriz implantar sistema de informações integrado; implantar ações de política dos trabalhadores não docentes; organizar e efetivar a diretriz da política de pessoal do grupo ocupacional do magistério; implantar sistema de assistência e atendimento aos trabalhadores da secretaria de educação; implantar a política de pessoal referente ao suporte técnico e administrativo; desenvolver o Programa Educando com voz saudável; e promover atividades educativas de prevenção e orientação à saúde do trabalhador.

O Programa de *ampliação e qualificação das tecnologias de informação e comunicação nos processos educacionais da rede municipal de ensino* tem como principais ações: Ampliar e manter, nas Unidades Educacionais, Laboratórios de Tecnologia na Educação; Implantar e manter Escolas Itinerantes de Informática (ônibus e containeres); Implantar e manter Unidades de Tecnologia na Educação e Cidadania – UTEC; Disponibilizar ambiente tecnológico de educação a distância para o processo de formação dos educadores e técnicos educacionais da rede municipal de ensino; Ampliar e manter o acesso à internet na rede escolar; Ampliar a equipe de acompanhamento de tecnologia na educação para apoio às unidades educacionais; Desenvolver projetos para a incorporação das tecnologias da educação na Proposta Pedagógica da rede municipal de ensino; Implementar programa de formação para educadores sobre as tecnologias na educação; Desenvolver programa de formação continuada para técnicos/estagiários de suporte aos laboratórios; e Desenvolver a qualificação do pessoal não docente da rede municipal de ensino relacionada à inclusão digital.

O Programa de *Melhoria da qualidade da educação* do recife tem como objetivo elevar o nível de escolaridade e ampliar as aprendizagens dos alunos do sistemas municipal de educação do recife, tendo como principais componentes os seguintes projetos: qualificação do ensino fundamental de 1º e 2º ciclos para melhorar a qualidade e assegurar as aprendizagens das crianças do Ensino Fundamental I; qualificação do ensino fundamental de 3º e 4º ciclos visando melhorar a qualidade e assegurar as aprendizagens das crianças e adolescentes do Ensino Fundamental II; educação de jovens e adultos: construindo saberes, com o objetivo de assegurar o direito à educação básica às pessoas jovens, adultas e idosas no município de Recife, observando suas necessidades educacionais específicas, tendo em vista a garantia do acesso, permanência e conclusão na educação fundamental, mediante a ampliação progressiva do atendimento de qualidade; inclusão educacional objetivando promover a inclusão escolar de todos os estudantes com necessidades educacionais especiais na Rede de Educação Básica Municipal; formação continuada e valorização do educador visando re-significar e fortalecer a Política de Formação Continuada e de valorização do educador da Rede Municipal de Educação do Recife; apoio à diversidade cultural e promoção da igualdade

étnico-racial, de gênero e geração e a projetos de educação ambiental e inclusivos com o objetivo de contemplar a educação ambiental e a diversidade cultural nos processos educativos e, visando combater todas as formas de preconceito, discriminação, e violência contra a criança e o adolescente; democratização do acesso à leitura e formação de leitores (Programa Manuel Bandeira) para democratizar o acesso à leitura na rede de ensino municipal, através do fomento à leitura e da formação de leitores; e educação integral visando consolidar e fortalecer a educação integral no Recife, de forma a incidir positivamente na ampliação e melhoria das aprendizagens dos alunos da Rede Municipal de Ensino, através da integração dos Programas Escola Aberta, Mais Educação e Animação Cultural.

O Programa de *Qualificação do Ensino Aprendizagem* também envolve ações voltadas para o acompanhamento e a avaliação do sistema de ensino municipal, como: planejamento do atendimento aos estudantes com o objetivo de planejar e organizar o oferecimento de vagas na rede municipal de ensino; Organização e gerenciamento da matrícula e o monitoramento de transferências dos estudantes da rede municipal visando assegurar a efetivação da matrícula de todas as crianças/adolescentes do ensino fundamental; Programação e desenvolvimento de um adequado sistema de acompanhamento das unidades educacionais promovendo a composição do sistema de acompanhamento para os materiais básicos do cotidiano escolar, do livro didático ao mobiliário, normatizar temas que ainda necessitem de resolução, implementar equipe e ações de supervisão educacional, Coordenação, assessoramento e sistematização do Censo Escolar; Manutenção do sistema de avaliação da aprendizagem dos estudantes com o objetivo de planejar, coordenar e efetivar o Sistema Municipal de Avaliação da Rede e a aplicação de provas dos demais sistemas de avaliação oficiais; Desenvolvimento do Programa PDE/Escola para apoiar com assistência técnica as unidades do Programa e acompanhar o cumprimento das etapas planejadas nos Planos de Ação; Pesquisa de temas necessários ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem; Acompanhamento das escolas particulares que oferecem educação infantil em Recife com o objetivo de verificar as condições gerais físicas e pedagógicas das unidades particulares; Sistematização dos trabalhos acadêmicos elaborados pelos docentes da rede municipal; Inventariar o material iconográfico catalogado na Gerência de Serviços de Documentação e Memória/GESDM com o objetivo de organizar a memória da SEEL.

O Programa de *Qualificação dos Processos de Ensino Aprendizagem* com o objetivo de aperfeiçoar as ações educacionais complementares (educação ambiental), tendo como principais atividades: excursão pedagógica no Barco Escola, tipo catamarã (Escola Ambiental Águas do Capibaribe); Subsidiar as atividades de Educação Ambiental com orientação sobre pesquisa temática em Meio Ambiente e construção de Projetos Didáticos; Exposição itinerante

“O Recife e suas águas” com banners didáticos; Rede de Educadores Ambientais; Desenvolver ações de prevenção da saúde do escolar.

O Programa de *gestão democrática na educação e participação social* tem como objetivo a participação de todos os segmentos da unidade escolar, na elaboração e execução do plano de desenvolvimento da escola, de forma articulada, para realizar uma proposta educacional compatível com as amplas necessidades sociais e tendo como compromisso: fortalecer o trabalho compartilhado, orientado por uma vontade coletiva; criar um processo de construção de uma escola competente e compromissada com a sociedade; criar ambientes participativos, pois constitui condição básica da gestão democrática.

A Prefeitura do Recife define, dentre as prioridades políticas da gestão investir na universalização progressiva da Educação Infantil, na faixa etária de 4 e 5 anos e na ampliação das matrículas em Creches, com vistas ao atendimento das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Nessa direção, instituiu o Programa Primeira Escola, com o objetivo de expandir o número de vagas na educação infantil de 0 a 5 anos de idade. A educação infantil emerge num contexto promissor para o desenvolvimento infantil, tendo como um dos princípios, o respeito às diversas identidades culturais, étnicas e de gênero, superando as desigualdades no acesso, fazendo valer assim os direitos básicos das crianças e de suas famílias, independente de sua origem e condição social.

O Programa tem como objetivos: oferecer uma Educação Infantil de qualidade com expansão das matrículas para as crianças de 0 a 5 anos; realizar ação educacional complementar à família para atender as especificidades da formação humana para crianças de 0 a 5 anos de idade; promover o desenvolvimento integral das crianças em seus aspectos cognitivos, físicos, afetivos e sociais; incluir as crianças com necessidades educacionais especiais nos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEI's garantindo espaços físicos e recursos materiais adequados; implementar uma proposta pedagógica que tenha como base os pressupostos das diretrizes curriculares nacionais para educação infantil; assegurar que os profissionais docentes e não docentes que atuam nos CMEI's possuam a formação inicial adequada às respectivas áreas de atuação; garantir a formação continuada dos profissionais de educação infantil de forma sistemática; articular parcerias com as Secretarias de Saúde, Ação Social e demais setores que possam contribuir com o desenvolvimento integral da criança e bem estar de suas famílias.

○ *Assistência social*

No Recife, a assistência social consolida-se à partir do compromisso e execução de uma política pública que garante o direito social com as diretrizes e objetivos estabelecidas no Plano Municipal de Assistência Social que estão em conformidades com a LOAS, Lei Orgânica do Município, Plano Diretor do Recife e a Política Nacional de Assistência Social:

- Gestão unificada da política de assistência social no município, com ação descentralizada nas regiões político-administrativas.
- Articulação intersetorial com as demais políticas, visando à garantia de direitos e condições dignas de vida à população.
- Primazia da responsabilidade do município na formulação, coordenação e execução das ações.
- Participação da população através das organizações representativas na formulação e execução das ações;
- Centralidade na família para a concepção e execução dos serviços, programas, projetos e benefícios.

Apresenta-se como objetivo geral conceber a Assistência Social firmada como política pública de proteção social, através da implementação do SUAS no município do Recife. E são os seguintes os objetivos específicos:

- Implementar o Sistema de Informação, Monitoramento e Avaliação da Assistência Social do Município.
- Ampliar os recursos financeiros para o financiamento da assistência social entre os três entes federados e firmar parcerias com a iniciativa privada, visando a provisão da política de proteção social do município.
- Constituir e fortalecer a rede socioassistencial do município, governamental e complementar, por RPA, qualificando os serviços e ações socioassistenciais com definição de parâmetros, formação continuada dos recursos humanos e promoção da participação da população na avaliação das ações e serviços prestados.
- Prover serviços e benefícios de proteção social básica e especial, visando desenvolver e fortalecer as potencialidades das famílias para o cumprimento de seu papel de prevenção, promoção e proteção de seus membros, fortalecendo os seus vínculos familiar e comunitário.

A gestão da política de assistência social (SUAS) se dá por meio de duas Proteções de Assistência Social: a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial.

- *Proteção Social Básica*

A Proteção Social Básica destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social, decorre da ausência de renda, do precário ou não acesso a serviços, da fragilização de vínculos afetivos e de discriminações etárias, de gênero, raça, ou por deficiências, dentre outras.

As ações de proteção social básica são realizadas através de serviços, benefícios, programas e projetos proporcionados à população em situação de vulnerabilidade social, nos seus diversos ciclos de vida, de forma direta nos Centros de Referência da Assistência Social - CRAS, nos Centros de Convivência Social e nos Centros Sócio-Educativos da Criança e do Adolescente, e de forma indireta nas entidades de assistência social da rede complementar de proteção social básica distribuídas nas RPA's.

As ações prestadas no Município pela rede socioassistencial de proteção social básica governamental e complementar terão como unidade central, a atenção à família¹⁰.

a) Serviços socioassistenciais de proteção social básica, compreendendo:

- Serviço de Atendimento Social - acolhida para escuta das demandas do usuário, orientação e referência;
- Serviço de Acompanhamento Social às famílias;
- Serviço de promoção - a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos;
- Serviço de inclusão das famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico;
- Serviço Gratuito de Tele Atendimento do Programa Bolsa Família;
- Serviço de cadastramento de pessoas com deficiência para a Carteira de Livre Acesso ao Transporte Coletivo;

¹⁰ Define-se como família o grupo de pessoas unidas por laços de consangüinidade, de aliança, de afinidades e vínculos que se configuram em obrigações legais e/ou afetivas entre os seus membros. A família é compreendida enquanto espaço de socialização primária e provedora de cuidados aos seus membros; é reconhecida como sujeito de direitos, conforme preconiza a Constituição Federal e a LOAS, devendo ser cuidada e protegida, quando submetida a processos de exclusão sócio-econômico e cultural para que possa desempenhar o seu papel na promoção, prevenção, proteção e defesa de direitos de seus membros.

- Serviço de formação e orientação profissional aos usuários em situação de vulnerabilidade social;
- Serviço de apoio à inclusão produtiva de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, PETI, e BPC;

c) Benefícios de Proteção Social Básica

Os benefícios concedidos são os definidos pela NOB/SUAS e pela Política Nacional de Assistência, contemplando:

- Transferência de renda concedida através do Programa Bolsa Família;
- Transferência de renda às famílias com crianças e adolescentes em situação de exploração do trabalho infantil, através do Programa Bolsa Família/PETI;
- Transferência de renda às famílias com adolescentes em situação de vulnerabilidade social, através do Programa ProJovem de Desenvolvimento Social e Humano;
- Benefício de Prestação Continuada – BPC;
- Benefícios eventuais concedidos às famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade, em casos de natalidade ou morte, e às vítimas de emergências e calamidades.

d) Programa de Atenção à Família

É desenvolvido através de ações desenvolvidas pelos serviços de proteção social básica ofertados nos CRAS, nos Centros Sociais Urbanos, nos Espaços Sócio-educativos da Criança e do Adolescente e em organizações não governamentais da rede socioassistencial de proteção social básica complementar:

- Ação sócio-educativa por ciclo de vida;
 - Promoção do estímulo ao protagonismo juvenil;
 - Ações de fortalecimento da Convivência Familiar e Comunitária;
 - Ação de inclusão produtiva;
 - Ações de capacitação de jovens para a inserção no mundo do trabalho;
 - Ações de segurança alimentar;
 - Ações de estímulo ao protagonismo e autonomia das famílias.
- *Proteção Social Especial – Média e Alta Complexidade*

A proteção social especial é destinada às famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, abuso e violência sexual, maus tratos físicos, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas sócio-educativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras. Tem como objetivo, intervir em situações de riscos que requerem acompanhamento individualizado e que assegure qualidade na atenção protetiva e efetividade na reinserção familiar e comunitária, tendo interface com o sistema de garantia de direitos e exigindo ações compartilhadas com o Poder Judiciário, Ministério Público e órgãos do executivo.

As ações prestadas no Município pela rede socioassistencial de proteção social especial de média e alta complexidade, governamental e complementar, tem como unidade central de atenção, a família de modo a resgatar vínculos familiares e comunitários e conquistar a sua autonomia.

a) Proteção Social Especial de Média Complexidade

Tem como público alvo famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários estão frágeis, mas não foram rompidos. As ações são realizadas de forma direta, através de serviços, benefícios, programas e projetos ofertados pela Secretaria de Assistência Social e pelo IASC nos Centros de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS e nas unidades de atendimento.

b) Serviços Socioassistenciais de Proteção Social Especial de Média Complexidade

- Serviço de educação social de rua;
- Serviço de atendimento e acompanhamento social às famílias/indivíduos em situação de rua; Serviço de atendimento ao adolescente em medida sócio-educativa de liberdade assistida;
- Serviço de proteção à criança e ao adolescente em situação de exploração do trabalho infanto-juvenil;
- Serviço de emergência assistencial;
- Serviço de habilitação e reabilitação na comunidade das pessoas com deficiência;
- Serviço de atendimento especializado a indivíduos e famílias com seus direitos violados;

c) Proteção Social Especial de Alta Complexidade

Destina-se às pessoas em situação de risco social e pessoal, com direitos violados e vínculos familiares interrompidos. As ações são desenvolvidas, de forma direta, pelos serviços de acolhida temporária para crianças e adolescentes e adultos e de longa permanência para idosos ofertados pelo IASC.

d) Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade

- Serviço de acolhida temporária – institucional e familiar - para crianças e adolescentes;
- Serviço de acolhida temporária para adultos;
- Serviço de acolhida de longa permanência para pessoas idosas.

De acordo com a Política Nacional de Assistência Social – PNAS, o investimento das três esferas de governo na área de Recursos Humanos é de fundamental importância para a produtividade e a qualidade dos serviços prestados à população. Frente às atuais demandas de intervenção social, faz-se necessária a formação de profissionais com perfil teórico-técnico-operativo para defender e operar a Assistência Social enquanto política pública.

É nesta perspectiva, que o município do Recife vem estruturando a sua política de gestão de recursos humanos através da implementação de quadro efetivo de pessoal para a Secretaria de Assistência Social e o IASC, realizando concurso público.

A Vigilância Social pode ser compreendida como um conjunto integrado de ações técnicas, informativas, de pesquisa, de construção de indicadores, de monitoramento e avaliação dos programas, projetos, serviços e benefícios da Secretaria de Assistência Social e do Instituto de Assistência Social e Cidadania – IASC.

A Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS reafirma o preceito constitucional de participação popular no processo de gestão político-administrativa, financeira e técnico-operativa das Políticas Públicas, com caráter democrático e descentralizado através dos Conselhos de direitos e setoriais, de Conferências, nas três esferas de governo, e de outros instrumentos de participação e controle social.

No âmbito do Município, o Conselho Municipal de Assistência Social tem como atribuição a deliberação e fiscalização da execução da gestão da política de assistência social, a inscrição e fiscalização das entidades de assistência social e a convocação e realização da Conferência Municipal de Assistência Social.

Na implementação do PPA 2010-2013 essas são as perspectivas para assistência social:

- Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, articulando esforços para ampliar gradativamente as dotações orçamentárias desta política tendo em vista a execução do Plano Municipal de Assistência Social, de forma mais abrangente.
- Manutenção e qualificação das instalações físicas dos CRAS e ampliação da oferta do serviço de atendimento e de acompanhamento social às famílias com a criação de 04 novos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS em áreas geográficas de maior incidência de vulnerabilidade e riscos sociais.
- Implantação de Centros de Convivência Social, em parceria com o Governo do Estado, a partir da requalificação dos Centros Sociais Urbanos - CSU's, para a oferta de serviços e atividades sócio-educativas, esportivas e culturais voltados à população em situação de vulnerabilidade e risco social, nos diversos ciclos de vida, fortalecendo as ações de fixação da população nas comunidades.
- Promoção da intersectorialidade das ações tendo em vista o alcance dos usuários da assistência social às diversas políticas públicas, contemplando as dimensões de gênero, raça, etnia e livre orientação afetivo-sexual.
- Implantação de Programa de Formação Profissional para jovens em situação de vulnerabilidade e risco social com vistas a possibilitar o acesso e inserção ao mundo do trabalho.
- Negociação junto ao MDS a ampliação da cobertura do Programa Bolsa Família e implantação de Programas de Formação Profissional e de Inserção ao Mercado de Trabalho das famílias beneficiárias.
- Instalação de 01 Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, na RPA 01, visando a oferta de serviços de atendimento à população vítima de violação de direitos a partir de diagnóstico de incidência e complexidade de violação.
- Fortalecimento dos Serviços e da Rede de Acolhida, governamental e complementar, para o atendimento à população em situação de vulnerabilidade e risco social e pessoal, à luz do Plano Nacional de Assistência Social e do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito à Convivência Familiar e Comunitária e outras normativas.
- Fortalecimento do Serviço de Educação Social de Rua na perspectiva da garantia de direitos, tendo como base a proposta da Política Nacional Para Inclusão Social da População em Situação de Rua.
- Regulamentação dos Benefícios Eventuais visando cobrir necessidades temporárias em razão de contingências sociais.
- Fortalecimento da execução da Medida Sócio-educativa em Meio Aberto, através da disponibilização de maiores recursos orçamentários para a realização de atividades junto aos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida, e às suas famílias, e

promoção da municipalização da execução da Medida Sócio-educativa de Prestação de Serviços à Comunidade.

- Fortalecimento e apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social para o desenvolvimento de suas atribuições e de ações descentralizadas em instâncias regionais consultivas.
- Implantação de um plano de carreira na Assistência Social e desenvolvimento de política de capacitação para trabalhadores, gestores e conselheiros, de forma sistemática e continuada.

Para acompanhamento dos resultados e avaliação das políticas, são propostos os seguintes indicadores, conforme as dimensões de proteção:

Proteção Social Básica:

- Ampliar o número de usuários inseridos na rede de serviços socioassistenciais;
- Ampliar o número de famílias participantes de atividades sócio-educativas;
- Ampliar o número de usuários exercendo o Protagonismo Social;
- Ampliar o número de usuários inseridos em programas e projetos de inclusão produtiva;
- Ampliar o número de entidades socioassistenciais articuladas e desenvolvendo ações integradas;
- Ampliar o número de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, PETI e BPC inseridas no serviço de inclusão produtiva.

Proteção Social Especial:

- Ampliar a capacidade de atendimento de adolescentes em medidas sócioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade;
- Aumentar a frequência de crianças e adolescentes afastadas do trabalho infantil aos espaços sócioeducativos e de convivência;
- Ampliar o número de atendimentos especializados a indivíduos e famílias com seus direitos violados;
- Ampliar o monitoramento aos serviços de habilitação e reabilitação prestadas às pessoas com deficiência.

Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade:

- Aumentar o número de reinserção familiar e comunitária;
- Reduzir o número de evasão dos usuários nos equipamentos de atração;
- Diminuir o número de pessoas em situação de rua;

- Reduzir a evasão nas casas de acolhida temporária de crianças e adolescentes;
- Ampliar a rede de acolhida temporária;
- Aumentar o número de usuários em atividades sócioeducativas.

d. Gestão democrática e eficiente

Para manter o compromisso com a gestão democrática e consolidar o controle social sobre as ações da Prefeitura, garantindo a melhoria os processos internos e o atendimento à população, duas linhas de ação, indissociáveis, são apontadas para o período 2010-2013: a da Gestão Democrática e a da Eficiência.

A linha de ação focada na Gestão Democrática parte do princípio da promoção da participação popular como forma de ampliar o controle social sobre a formulação, acompanhamento e fiscalização das Políticas Públicas. Um conjunto de orientações prioritárias permitirá alcançar os resultados desejados:

- Fortalecer e ampliar os Conselhos, Fóruns e Conferências, incluindo permanentemente as demandas da sociedade na pauta dessas atribuições;
- Consolidar e ampliar o alcance do Orçamento Participativo de modo a fortalecer a gestão democrática como atitude cotidiana nas políticas públicas que se materializam no território da cidade;
- Implantar um modelo de Planejamento Participativo, utilizando a experiência do Orçamento Participativo como referencial de partida e adotando as novas tecnologias incorporadas à gestão pública para qualificar e dar suporte à formulação, acompanhamento e fiscalização das políticas públicas;
- Ampliar a rede de relacionamento do Recife, no âmbito nacional e internacional, promovendo intercâmbio de boas práticas de gestão, buscando novos recursos financeiros, tecnológicos e humanos.

Na linha de ação da Eficiência o propósito central é de melhorar a qualidade dos processos internos e a qualidade do serviço prestado à população, considerando-se para isso a realização medida tanto para a melhoria dos processos internos quanto para melhorar a qualidade do serviço prestado à população:

Para melhoria da qualidade dos processos internos, está proposto ampliar as iniciativas de racionalização e automatização para melhorar a eficiência do Governo no tempo e na qualidade de prestação de serviços, assegurando:

- Qualificação do Funcionalismo, valorizando e envolvendo o servidor público na construção de uma gestão melhor e mais eficiente, investindo na sua capacitação e instituindo políticas de estímulo à melhoria permanente do seu desempenho:
 - Admissão por Concurso, de modo a consolidar os processos de renovação e ampliação dos quadros, pautados pela transparência, para elevar o nível de formação do funcionalismo e garantir o perfil adequado do servidor à função pública;
 - Implantação de uma ação de Formação Continuada em todas as áreas, mantendo o funcionalismo capacitado através da atualização dos conhecimentos conceituais, metodológicos e tecnológicos para prestar o serviço público;
 - Implantação de Plano de Cargo, Carreiras e Vencimentos, além de Mesa de Negociação, consolidando os instrumentos de valorização e promoção do funcionalismo pautados pela gestão democrática e eficiente.
- Desenvolvimento de métodos e padronização de procedimentos, estabelecendo prazos, metas de qualidade, acompanhando a realização dessas metas e aferindo os resultados junto à população, de forma a consolidar o controle social:
 - Estender o modelo de gestão integrada do Programa Guarda Chuva para outras áreas do Governo, como forma de melhor aproveitar as potencialidades das diversas políticas públicas para atingir resultados cada vez mais efetivos, tendo como base a gestão territorial integrada.

Para a melhoria da qualidade do serviço prestado à população para que as pessoas e as organizações tenham suas necessidades atendidas, com o menor dispêndio de tempo, com qualidade e eficiência:

- Investimento em infra-estrutura e Tecnologia da Informação e Comunicação:
 - Ampliar a rede de comunicação da Prefeitura, através da implantação de tecnologia sem fio, integrada à rede existente, com acesso à Internet a todos os serviços e equipamentos públicos, dotados dos sistemas de informação necessários para o ágil desempenho do serviço público e atendimento eficiente às demandas dos cidadãos;
 - Melhorar a qualidade da informação pública disponibilizada para a população e para os empreendedores, priorizando a informação territorializada;

- Ampliar o número de serviços prestados pela Internet;
- Implantar ouvidorias.

○ *Tecnologia de Informação e Comunicação*

Os últimos movimentos apontam para o desenvolvimento de ações na área de Governo Eletrônico e para o fomento da Sociedade da Informação, com conceitos muito mais abrangentes do que aqueles que outrora direcionavam os governos a criar sítios e serviços eletrônicos na internet. Hoje a TIC deve auxiliar a Administração Pública a se transformar em uma organização de alto desempenho e com impactos visíveis para a sociedade, sobretudo nos seguintes eixos de Gestão e de TIC:

- *Governança*: está relacionada ao aumento da capacidade da Administração, através da adoção dos princípios gerenciais, orientar a ação do Município com foco no cidadão e dar ênfase no controle de resultados através de mecanismos de controle.
- *Inclusão Digital*: prende-se à consciência de que a Gestão Democrática e Eficiente Administrativa remete à disponibilização de acesso à rede mundial de computadores à própria administração, em todos os equipamentos públicos municipais, e ao cidadão, em localizações estratégicas e onde há carência neste aspecto.
- *Accountability*: é um elemento central da governança e está relacionado com a questão da responsividade do Município e com a sua capacidade em prestar contas às demandas da sociedade e ao controle social. O objetivo nesta ação é aumentar a capacidade de resposta dos Órgãos e Entidades e impor obrigação dos gestores públicos informarem e explicarem seus atos.
- *Integração Transversal*: relaciona-se à integração total entre sistemas e bases de dados dos diversos Órgãos e Entidades da Administração Municipal. Os objetivos nesta são eliminar redundância de dados, gerar bases de informações estratégicas para auxiliar a tomada de decisão e implementar a filosofia de governo focado no cidadão.
- *Transparência e Participação Democrática*: relaciona-se à utilização das tecnologias de informação e comunicação para possibilitar uma maior e mais ativa participação do cidadão, nos processos democráticos e de tomada de decisão da Prefeitura. O objetivo nesta ação é promover a democratização, com destaque para a transparência e a participação da Sociedade nas questões do governo (Política de e-Gov e TIC da Prefeitura de São Paulo, 2009).

A Cidade do Futuro deve perseguir, em seu dia-a-dia, indicadores de saúde, educação, habitação e saneamento condizentes com padrões de alto desenvolvimento humano; as condições de transporte, regulação do uso do solo e a dinâmica de geração de empregos devem ser capazes de gerar qualidade de vida aos seus habitantes. Entretanto, não é possível falar em Cidade do Futuro sem que se remeta o pensamento ao uso de novas tecnologias, principalmente, à Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

- Diretrizes setoriais de TIC

Os programas inseridos no eixo estratégico Gestão Democrática e Eficiente são de grande abrangência administrativa e gerará forte impacto nas relações entre sociedade e a administração pública. Estes programas devem seguir as diretrizes do setor de Tecnologia da Informação e Comunicação, descritas a seguir:

- Governo Eletrônico (e-GovRecife)
 - Ampliar a qualidade e quantidade dos serviços eletrônicos, especialmente em áreas prioritárias do governo;
 - Fazer uso inovador de TIC na gestão pública, tanto na prestação de serviços quanto na gestão dos recursos da administração municipal;
 - Integrar órgãos municipais e de outras esferas de governo na prestação de serviços e processos da administração pública;
 - Melhorar a gestão pública com o suporte da TIC;
 - Racionalizar o uso de recursos e reduzir custos para a administração pública;
 - Ter o cidadão como foco da prestação de serviços municipais.

- Cidade Digital (Recife Digital)
 - Implantar gerência técnica do projeto de telecomunicação da Administração que disponibilizará o que existe de mais moderno na área de telecomunicação para a Prefeitura de Recife;
 - Dotar a cidade de áreas com rede wireless para acesso a internet com sinal aberto ao cidadão;
 - Disponibilizar acesso à internet em todos os equipamentos públicos do Recife.
 - Desenvolver políticas e incentivos à convergência e universalização digital no uso de TIC (banda larga, TV digital, redes wireless, entre outros).
 - Dotar os instrumentos informatizados da Administração Pública Municipal de mecanismos de acessibilidade digital.

- e-Participação (e-ParticipaRecife)
 - Ampliar a qualidade e quantidade das consultas eletrônicas ao cidadão;
 - Criar mecanismos informatizados que permitam a participação popular nas decisões governamentais.
 - Ampliar a qualidade e quantidade de informações prestadas ao cidadão.
 - Buscar feedback da qualidade dos serviços públicos.

- Alinhamento Estratégico de TIC
 - Introduzir modelo único de governança de TIC, de forma a permitir o planejamento, a organização, o funcionamento, a aplicação de métricas e o monitoramento e fiscalização das atividades de TIC no âmbito da administração direta e indireta da Prefeitura, de maneira coordenada.
 - Introduzir modelo de alinhamento estratégico de forma a garantir que as estratégias da Gestão Municipal na consecução do seu Plano de Governo sejam suportadas pela estratégia de TIC instituída na Administração Municipal.
 - Capacitar a Administração Pública Municipal, por meio da organização dos recursos, pessoas e processos, para colocar em prática as bases aqui estabelecidas.
 - Utilizar preferencialmente, onde couber, software livre, conforme orientação legal.
 - Adotar especificações padronizadas para hardware, software, infraestrutura de redes e demais ferramentas necessárias à consecução de projetos de TIC para Administração Municipal.

○ *Política de Comunicação*

A comunicação da Prefeitura do Recife deve estar voltada à construção da imagem da gestão, ressaltando a sua visão de futuro, coerentemente orientada por um projeto político abrangente de transformação social, que se alinha à liderança do governo federal, nos últimos sete anos. Uma imagem motivadora, ética e transparente que estimule a participação popular e a imagem positiva da cidade, da gestão e do prefeito.

Faz parte da política de comunicação manter a população bem informada sobre como ela está administrando os recursos públicos. Campanhas publicitárias, de informações sobre obras e serviços, educativas e de estímulo à participação popular devem ser realizadas a partir da

estratégia, diretrizes e metas da gestão, definindo com precisão o que deve ser dito ao público, com que intensidade e os meios de comunicação mais adequados.

O papel da comunicação internamente é o de propiciar uma maior interação entre as diversas secretarias e órgãos municipais, possibilitando a escolha das ferramentas de comunicação mais apropriadas a cada fase e de acordo com os objetivos propostos da gestão.

A comunicação deve estar orientada para servir aos objetivos políticos e administrativos da gestão. Comunicação é função estratégica para a governabilidade.

Decisões de governo devem ser tomadas levando em conta seu impacto na opinião pública, e a própria gestão deve guiar-se pelo princípio do fortalecimento permanente de sua imagem perante a sociedade, mediante uma política de transparência, de acesso aos programas oferecidos e de mobilização e orientação da população em torno de ações de interesse geral. Em razão disso, deve tratar a Comunicação como função estratégica, central e transversal a todos os setores e áreas de sua atuação.

A Comunicação é mais do que jornalismo e publicidade. A comunicação com a população vai além das campanhas publicitárias e do esforço de jornalismo: se dá também pelo conjunto de mensagens, verbais ou não verbais, que a gestão transmite em sua ação cotidiana de servir. Os principais comunicadores são o prefeito e os integrantes da equipe.

- *Uma gestão de continuidade, evolução e desenvolvimento de parcerias.*

Uma gestão bem sucedida no compromisso de continuidade da política municipal desenvolvida na cidade, desde 2001. Ressaltar que a atual gestão tem a sua mais importante força no fato de que continua uma administração amplamente aprovada pela população. Na gestão passada foram criados programas de sucesso - como Guarda Chuva, Recife Sem Palafitas, Orçamento Participativo, SAMU, Academias da Cidade, Aluno nos Trinques e outros - que conformam toda uma tecnologia social sobre a qual é possível estabelecer as bases da nova gestão. Muitos projetos e obras já dispõem de financiamento, com metas anteriormente estabelecidas.

Uma gestão competente no aproveitamento dos recursos disponíveis e na formação de parcerias com o governo federal e estadual, organizações do terceiro setor, iniciativa privada e com a população do Recife.

Capaz de criar e colocar em prática soluções eficazes para tornar o Recife uma cidade moderna, competitiva na atração de investimentos, culturalmente fértil e exemplar pela promoção da justiça social.

- *Gestão com ampla base de sustentação social.*

A Prefeitura do Recife ampliou e consolidou uma forte base social, mediante vitoriosas políticas públicas de inclusão e participação. As classes historicamente excluídas do processo de desenvolvimento, a exemplo de associações de bairro, culturais e de classe, movimentos de mulheres, de deficientes, de negros e de GLBTT se vêem representados pelas políticas públicas desenvolvidas pela Prefeitura do Recife, e tendem a manter o apoio a nova gestão. Ao mesmo tempo, boa parte da classe média foi conquistada também pela administração, em razão de projetos e ações que a beneficiaram direta ou indiretamente.

- *A participação popular como eixo central da ação administrativa.*

Destacar o conceito da Participação atende à necessidade de ampliar e aprofundar a base de apoio social da nova gestão. A participação elevada a valor central da ação administrativa expressa que a gestão será cada vez mais, de participação popular. Na comunicação publicitária, o posicionamento será expresso pelo o *slogan*: **NOSSA CIDADE É A GENTE QUEM FAZ.**

Buscar atingir, motivar e atrair setores da população, através das mais diferentes mídias e estimular a interatividade com o uso da internet e da ação militante vai exigir da comunicação atuar com os mais variados meios e novas ferramentas para conquistar e consolidar os seus objetivos. Para isso, a comunicação vai fazer uso dos seguintes meios:

- *Rádio* – um grande veículo de massas, presente em mais de 87% dos domicílios (segundo pesquisa nacional por amostra de domicílios, do IBGE) e estima-se que mais de 70 milhões de rádios estejam em funcionamento no país. A importância de usar este veículo deve-se ao fato de atingir contingentes populacionais com menor poder aquisitivo, além de ser a mídia perfeita para a comunicação individual, de um em um, segundo especialistas. Daí a importância de um estúdio de rádio e futuramente, produção de material informativo e até programa para ser veiculado em rádios comerciais e alternativas. Uma ação importante, inovadora e que terá um destaque na política de comunicação da Prefeitura do Recife é a implantação da Rádio Frei Caneca.

- *Televisão* – é o maior meio de comunicação do país, recebendo mais de 53% do total de investimentos feitos em veiculação. É o maior de cobertura simultânea, atingindo mais de 80% dos mais de 31 milhões de lares brasileiros. Sua estratégia fundamenta-se na grande capacidade de cobertura em curto prazo e na possibilidade do uso de mensagens com som, imagem, cor e movimento. Para este meio, deve-se pensar em estratégias diferenciadas, além da produção de VTs institucionais de divulgação de obras e serviços.
- *Internet* – Sua consolidação tecnológica em ritmo acelerado no mundo, principalmente com a sua plena utilização na recente campanha para eleição do atual presidente dos Estados Unidos, superdimensionou e ampliou um leque de ferramentas que estão sendo aplicadas a todas as formas de comunicação. A intenção estratégica do setor de Comunicação é reforçar seu uso em todos os setores possíveis da prefeitura, tanto na comunicação interna, quanto externa.
- *Jornal* – apesar do momento de transição e redefinição da importância estratégica dos jornais na atualidade. Este veículo continua a ser um eficiente formador de opinião e tem alta credibilidade para repercussão em outros meios. Rádio, blogs e TV se pautam, no dia-a-dia, do noticiário dos jornais.
- *Mídia de rua* – outdoor e out bus tem um excelente custo-benefício. São considerados mídia que atingem mais rapidamente a massa da população, nos grandes centros urbanos. Depois da TV é o meio mais rápido de mídia de impacto imediato e sensibilização.
- *Revistas* - Trata-se de uma mídia com foco segmentado, mais voltada para formadores de opinião, mas que alcança um desempenho satisfatório principalmente nos segmentos culturais e turísticos. A idéia é utilizar espaços em revistas locais, regionais e nacionais, na divulgação de eventos que atraiam turistas, como o carnaval, São João, Natal e Reveillon e projetos turísticos da gestão. Também utilizada em decorrência de alguma estratégia de comunicação que opte em expandir e divulgar o modelo de gestão em revistas nacionais consolidadas, com um público leitor expressivo.
- *Mídias alternativas* – A estrutura de comunicação de massas no Brasil baseada no modelo transnacional de controle e manipulação dos meios de transmissão de informação, limita a comunicação transformando a população em simples receptora passiva de mensagens industrialmente produzidas. A criação e estímulo às mídias alternativas como rádios e tevês comunitárias, jornais de bairro, e outros meios impressos e eletrônicos que buscam a reinvenção da forma de comunicar à margem da grande mídia será uma das nossas metas de atuação na comunicação não convencional.

Uma política estratégica que use todas as ferramentas para construir e consolidar a imagem da atual gestão, focada nos eixos prioritários e norteadores da atuação político-administrativa será o melhor desafio da comunicação, nos próximos quatro anos.

- *Assuntos Jurídicos*

Com a nomeação de 15 novos procuradores e a finalização da reforma da nova sede da Procuradoria Fiscal a Secretaria de Assuntos Jurídicos entrará em um novo momento. A melhor estruturação de suas instalações físicas, possibilitará resultados concretos, como exemplo, o melhoramento da cobrança de débitos fiscais e maior agilidade no tramite das consultas jurídicas formuladas pelos diversos órgãos do município.

Assim, para os anos de 2010-20113, a SAJ necessita continuar aperfeiçoando as ferramentas tecnológicas de gestão, como também, investir na melhoria da estrutura das demais Procuradorias temáticas.

Aperfeiçoar os mecanismos de controle de processos trará uma importante ferramenta de gestão de documentos dentro da SAJ, havendo a possibilidade de monitorar a entrada e o tramite do documento na Secretaria, como também, a gestão de contratos e atas de registro de preços, inclusive os prazos de vigência de contratos/convênios, trazendo assim uma importante ferramenta de planejamento, atuando preventivamente ante a iminência de findar o prazo de vigência de qualquer instrumento firmado pelo Município.

Ainda, a digitalização de pareceres da procuradoria consultiva irá possibilitar que os diversos órgãos da Administração conheçam previamente o entendimento consolidado sobre diversos temas jurídicos, otimizando o processo de atendimento consultivo desta Secretaria.

A SAJ deve adequar-se ao aumento de demandas na área Ambiental e Urbanístico, assim, deverá investir em qualificação dos procuradores com cursos, palestras e workshop em áreas voltadas às necessidades do Município.

Além disso, A SAJ deverá atuar na orientação jurídico/legislativa especificamente quanto à preparação do Município para receber a Copa do Mundo de 2014, como cidade Sede, devendo, para isso, adequar sua legislação, atrair investimentos privados e oferecer infraestrutura adequada ao evento, projetando a cidade para o mundo.

Na atuação visando o melhoramento da cidadania da população da cidade a SAJ planeja ampliar os núcleos de mediação de conflitos em comunidades carentes, atuando em conjunto com outras Secretarias (Assistência Social – Direitos Humanos) e também em parcerias com outros Entes Públicos, com a Sociedade civil e Ministério Público do Estado.

Na atuação em defesa do consumidor, a SAJ pretende ampliar os serviços de Assistência ao Consumidor – Procon/Recife – e implantar um sistema informatizado de acompanhamento e controle dos Processos de direito do consumidor, bem como estabelecer parcerias com os demais Entes Públicos, Universidades, sociedade organizada e instituições de defesa do consumidor para atuar conjuntamente em ações de educação para o consumo.

- *Gestão de Pessoas*

Como parte dos compromissos de melhoria da qualidade dos processos internos são também apontadas orientações e ações que dizem respeito ao cotidiano da prefeitura, enquanto espaço institucional e espaço material, e todo seu pessoal, à cargo da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas.

Em relação à administração do prédio sede há de se ter presente uma inadiável necessidade do projeto de requalificação que contém no seu bojo o disciplinamento do acesso ao edifício, a modernização das instalações, a recuperação estrutural do edifício, a segurança patrimonial e pessoal e a observância a lei de acessibilidade.

É importante, também, buscar o disciplinamento do uso de energia elétrica como forma de reduzir desperdícios, recuperar as instalações sanitárias de todos os andares, corrigir o sistema de vedação das esquadrias, modernização dos elevadores, da comunicação visual do edifício sede e da subestação.

Com a aquisição do terreno contíguo ao edifício sede outras iniciativas serão implementadas tanto para dar maior funcionalidade as atividades do Município voltadas para a população, quanto para se ter um maior aproveitamento dos espaços existentes incluindo-se, dentre outras as seguintes ações, preliminarmente: Instalação do Arquivo Público Municipal; Mini Centro de Convenções constando de auditório e salas de reunião; Espaço para o desenvolvimento do Comércio Solidário; Creche Municipal; Ampliação do Estacionamento.

Com relação ao Sistema de Cadastro e Folha de Pagamento, a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas atuará em várias frentes. O objetivo é de torná-lo mais preciso, ágil e

seguro utilizando-se, do Sistema de Gestão de Frequência por biometria, Recadastramento dos Servidores e Perícias Médicas, de forma integrada.

Com a gestão das “Perícias Médicas”, além da função precípua desta atividade a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas pretende regularizar o gritante absenteísmo originado de licenças médicas.

Com o Sistema de Gestão de Frequência por biometria, a Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas objetiva melhorar a qualidade dos serviços públicos, em especial em áreas essenciais como educação e saúde, implantando instrumentos eficazes para controle da assiduidade dos servidores e de todo o contingente de profissionais envolvidos com o atendimento à população.

Além disso, existe também o interesse em utilizar meios para controlar o ingresso e circulação de pessoas em determinados locais que tenham sido previamente considerados de acesso restrito e passíveis de monitoração.

O recadastramento de todos os servidores do Município, assim entendidos: ativos, inativos, da administração direta e indireta e cargos comissionados proporcionará uma consistente base de dados permitindo dentre outros, e no âmbito da Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas, a aferição da folha de pagamento e o desenvolvimento de um amplo programa de capacitação e melhoria de produtividade dos seus servidores.

A Secretaria de Administração e Gestão de Pessoas desenvolverá projetos de modernização das suas atividades de forma a prestar melhor serviço e com celeridade aos servidores municipais, sobretudo em relação aos pedidos de aposentadoria, licença prêmio e outros benefícios.

A seguir são apontadas ações a serem empreendidas no período 2010-2013:

1. Políticas de Administração e Gestão de Pessoas:

- Elaboração do Plano de Cargos e Carreiras;
- Recadastramento;
- Gestão de Frequência;
- Gestão de Acesso;
- Folha de Pagamento;
- Cessão de Servidores;

- Atualização do Estatuto do Servidor;
- Atualização do Organograma;
- Elaboração de Manual de Atribuições;
- Capacitação de Servidores Municipais;
- Plano de Desligamento Voluntário de Servidores;
- Informatização dos sistemas de atendimento ao servidor (aposentadoria, licença prêmio).

2. Melhoria de Atendimento ao Cidadão (terreno contíguo ao edifício sede).

- Instalação do Arquivo Público Municipal;
- Mini Centro de Convenções constando de auditório e salas de reunião;
- Espaço para o desenvolvimento do Comércio Solidário;
- Creche Municipal;
- Ampliação do Estacionamento;

3. Melhoria na Infra Estrutura do Prédio.

- Modernização da Subestação;
- Troca dos Quadros de disjuntores de Baixa Tensão
- Central de Ar Condicionado;
- Troca da tubulação de águas pluviais;
- Restauração das esquadrias de alumínio do edifício sede;
- Aquisição de monta carga;
- Modernização dos Elevadores;
- Modernização da Comunicação Visual do edifício sede;
- Recuperação das instalações sanitárias.

○ *Previdência e saúde do servidor*

O sistema de Previdência do servidor tem para os próximos quatro anos, os seguintes desafios:

- a) Realização anual de *Estudo Atuarial*, que deve ser realizado ao final de cada exercício. O estudo é exigência legal e apresenta análises técnicas de atuária, que orientam o governo municipal a proceder a ajustes nos fundos previdenciários, promovendo sua sustentabilidade e equilíbrio futuros.

Considerando que nos últimos anos houve, além da contratação de mais de 2 mil agentes de saúde em 2007, realização de diversos concursos públicos, nas áreas de

saúde, educação, finanças e outros órgãos, gerando uma grande inclusão de novos servidores no sistema, a realização de Estudos Atuariais é vital para a manutenção do equilíbrio do Fundo RECIPIREV.

- b) Aquisição de Sistema Gerenciador de Regimes Próprios de Previdência que contemple soluções de tecnologia da informação hoje inexistentes no RECIPIREV, tais como: cadastro previdenciário, simuladores de concessão de benefícios, acompanhamento de processos, contribuições entre outras funcionalidades. Este modelo acompanhará o moderno conceito utilizado hoje pelo Ministério da Previdência, encurtando o tempo de concessão de benefícios e garantindo maior eficácia dos processos internos, promovendo inclusive um maior controle financeiro com a separação da folha de pagamento de benefícios previdenciários dos servidores ativos do município.
- c) Realização de Concurso Público, com vistas à criação de quadro funcional próprio e carreira de Analistas e Técnicos Previdenciários.
- d) Qualificação Especializada na área de RPPS, através da formação de 25 servidores públicos municipais no Curso de Pós graduação em Regimes Próprios de Previdência.
- e) Instituir Grupo Especial de Trabalho para, em parceria com a FUNAPE e com o Ministério da Previdência (INSS), resgatar recursos públicos municipais oriundos da Compensação Previdenciária. Esta compensação previdenciária é regulada pela lei federal nº 9.796/1999 e a MP 374/2007 determinou o prazo para conclusão da análise até 31/05/2010. Estimamos que estes recursos cheguem R\$ 50.000.000, 00 (cerca de oitenta milhões) para o RPPS do município do Recife.

Os desafios para os próximos anos, porém de impacto em 2009/2010, referem-se basicamente à adoção de medidas relativas ao controle e regulação do Saúde-Recife, com o objetivo de propiciar a redução de despesas com o sistema, sem redução da qualidade do atendimento, considerando que o Tesouro Municipal tem financiado mais de 60% da fatura mensal das despesas com a assistência médica funcional. Outros desafios são:

- a) A exemplo da Previdência há necessidade de realização de Estudo Atuarial com o objetivo de orientar discussão sobre o melhor equacionamento do equilíbrio financeiro do Plano de Saúde Funcional;
- b) Consolidação do Programa de Prevenção do Câncer de Mama já implementado em 2007, e implementação de outros importantes programas de saúde preventiva, a exemplo do Programa de Prevenção a *diabetes melitus* e do Programa de Prevenção e Controle de HAS (Hipertensão Arterial Sistêmica);
- c) Adequação Legal e Regulamentar quanto a aspectos normativos detectados em 2007 e 2008, que necessitam de nova legislação;

- d) Alugar espaço físico para Instituir um serviço próprio de Consultas de Urgência e triagem, como porta de entrada na rede de serviços médicos, para os beneficiários, com vistas a melhorar o atendimento e reduzir despesas com a rede credenciada;
- e) Realização de Concurso Público, com vistas à criação de quadro funcional próprio de Médicos e Profissionais da área de Saúde.

VI. Finanças Municipais - Análise do ambiente atual e das perspectivas futuras

A análise do ambiente macroeconômico para o PPA 2010-2013, tanto no âmbito nacional quanto no sub-nacional, será fortemente influenciado por três eixos principais de conjuntura econômica:

- 1) a recuperação do nível de consumo e de investimento nas economias centrais, na esteira da atual crise mundial;
- 2) a continuidade das políticas de incentivo às atividades produtivas em nível nacional;
- 3) o desempenho da economia estadual e da municipal, amparado na continuidade dos investimentos do PAC e outros.

São apresentados a seguir alguns aspectos relevantes dos três eixos mencionados acima.

O Plano Internacional

A redução na oferta de crédito e de financiamento é um dos principais elementos que vêm postergando uma recuperação mais rápida da atividade econômica mundial, juntamente com a perda de riqueza das famílias e as medidas protecionistas adotadas por vários países em relação ao comércio internacional. O recrudescimento da crise financeira nos mercados globais vem provocando uma redução sem precedentes nos investimentos financeiros e de capital, afetando principalmente as nações ricas e os países em desenvolvimento cujas economias são mais dependentes de capitais externos e das exportações.

O início da recuperação econômica, projetado ainda para o ano de 2009, destaca o papel da economia chinesa como grande demandante de produtos primários e matérias primas (beneficiando, desta forma, a economia brasileira), bem como dos enormes pacotes fiscal (redução dos impostos e expansão dos gastos públicos) e monetário (redução da taxa de juros e elevação das operações de crédito) empreendidos pelo governo americano e pelo europeu. O cenário de referência para 2010 em diante prevê que a economia mundial volte a apresentar crescimento da produção e do emprego, com destaque para as economias emergentes.

Em virtude da queda na demanda ter gerado um excesso de capacidade ociosa no setor industrial, a retomada do crescimento ocorrerá em condições benignas nos primeiros anos, sem pressões inflacionárias de curto prazo e amparada na recuperação do nível de renda das famílias. O comportamento dos preços das commodities de energia, a exemplo do petróleo, é ainda um dos motivos de preocupação pelo lado da oferta, principalmente quando se considera

que a China e outros países de rápido crescimento da Ásia venham a elevar significativamente suas necessidades diárias desse produto no futuro próximo.

A maior regulação dos mercados financeiros será um dos legados da atual crise internacional, envolvendo num primeiro momento o controle de capital, pelo Estado, de diversas instituições bancárias e seguradoras, a reorganização das leis e dos instrumentos financeiros (em especial os derivativos) e a posterior venda desses ativos de volta a investidores privados. No Brasil, o mercado financeiro tem tido destaque positivo, sofrendo bem menos o contágio da turbulência externa. O reduzido nível de exposição a ativos de alto risco, juntamente à regulamentação já existente, evitaram uma desvalorização mais forte dos ativos, conquanto a concessão de crédito no mercado doméstico também tenha se contraído fortemente, vindo a se recuperar em 2009 e caminhar para a normalidade a partir de 2010.

Impactos Nacionais e Regionais

A política fiscal tem sido amplamente utilizada para evitar uma queda maior no ritmo de atividade econômica. A opção brasileira no combate à crise vem enfatizando o aumento nos gastos públicos (principalmente na esfera federal), concomitantemente a um bem sucedido programa de desonerações tributárias. A tentativa de manter a demanda doméstica aquecida ameniza a queda existente no nível de investimentos e de exportações. A redução nas taxas de juros de referência (SELIC) e do compulsório bancário, aponta para o afrouxamento da política monetária, de competência do Banco Central. Sem comprometer a metas de inflação para 2010 em diante, a atual curva de juros futuros contribui para a retomada da atividade pelos próximos anos, via barateamento do crédito doméstico, auxiliando também o governo federal nos custos de transação e rolagem do estoque de dívida pública atrelada aos juros. A magnitude da retomada do crescimento do PIB a partir de 2010 é o principal objeto de discussão, visto que existe também uma dependência do país quanto ao crescimento da demanda mundial.

O comprometimento fiscal do governo central irá aumentar por conta das renúncias de receita, conquanto a relação dívida pública/PIB em 2009 se manterá estável em torno de 40%, bastante confortável para os padrões brasileiros. Em maio de 2005, essa relação era superior a 50%, com taxas de juros reais mais elevadas que as praticadas atualmente. O processo de apreciação cambial do Real tem tudo para se manter nos próximos anos, sendo um fator de preocupação para o governo.

No plano regional/estadual, a Região Nordeste vem apresentando uma maior resistência orgânica aos impactos da crise, em especial pelos fatores antes apontados como limitadores de seu crescimento. A maior presença do setor público, com investimentos em infra-estrutura e programas de transferência de renda, o ainda reduzido nível de abertura regional ao comércio exterior e a maior elasticidade-renda de sua estrutura de consumo vem explicando o recuo abaixo da média nacional. Os setores de serviços e comercial tem sido os mais afetados, respondendo pela maior parte da redução observada no emprego formal. A recuperação regional passa pela melhoria do cenário nacional, bem como da manutenção dos investimentos do PAC, estratégicos para a dinâmica de crescimento de longo prazo, e nos efeitos defasados das alterações da política monetária.

O cenário para a economia pernambucana se mostra positivo nos próximos anos, sobretudo pela maturação dos grandes projetos estruturadores em curso, bem como no esforço para atração de novos empreendimentos. A melhoria da situação fiscal no biênio 2007-2008, com redução da dívida estadual e, atrelado a isso, das necessidades de financiamento¹¹ do setor público, evidencia um maior alívio para o caixa estadual. No curto prazo, o fator de preocupação repousa na perda de arrecadação do Governo Estadual relativa ao ICMS, vindo a penalizar os municípios quanto aos repasses vinculados. Tal fato poderá afetar, *a posteriori*, a capacidade dos entes municipais de realizar investimentos.

A esfera municipal

Uma das características da economia recifense é seu perfil eminentemente urbano, no qual se sobressaem as atividades comerciais e de serviços. De acordo com o IBGE¹², cerca de 80% do PIB municipal em 2006 era formado pelo somatório dessas duas atividades, com destaque para o setor de serviços. Em termos econômicos, isso sugere uma maior inter-relação com o mercado consumidor metropolitano e o regional (em virtude das características dos bens transacionados), e bem menos com o restante do país e do exterior.

Embora a redução no ritmo da atividade econômica, ocorrida no país no final de 2008 e princípios de 2009, tenha sido suficientemente ampla a ponto de atingir a economia nacional de forma sistêmica (deve-se considerar não somente a queda na atividade produtiva, mas também o impacto atrelado da redução nos repasses constitucionais a estados e municípios), é possível visualizar uma menor exposição municipal aos desdobramentos no nível de produção e emprego impostos pelo contexto atual. A mudança dessa condição pode ocorrer, entretanto, se

¹¹ Banco Central do Brasil – Boletim Regional, abril/2009.

¹² IBGE – Produto Interno Bruto dos Municípios. Disponível em www.ibge.gov.br.

houver uma forte redução nas receitas federais e estaduais, suficientes para causar desequilíbrios no período em questão, como também em 2010.

No tocante às receitas municipais, a Tabela 1 discrimina as mesmas segundo grupos específicos. O grupo intitulado “transferências”, que engloba os repasses federais (FPM) e estaduais (ICMS e IPVA), representou 51,17% da arrecadação total em 2008, contra 37,98% das receitas administradas, que são de competência municipal. Assim sendo, torna-se necessária a implementação de ações visando aumentar a participação das receitas próprias no bojo total da arrecadação municipal:

- Ênfase nos processos e melhoria constante na modernização tributária, evitando evasões fiscais e com o objetivo de auxiliar no desenvolvimento municipal, fruto da maior disponibilidade de recursos para investimentos. Revisão das metas de arrecadação de acordo com a evolução recente da dinâmica setorial da economia local, com o acompanhamento das mudanças ocorridas em setores específicos/novas atividades. Melhoria dos cadastros mercantis, inclusive com o desenho de convênios específicos com instituições mercantis e de cadastro.
- Melhoria nas atividades de educação fiscal, incluindo e informando o cidadão no tocante aos processos de pagamento de tributos, bem como do retorno social e econômico advindo de sua participação.
- Ampliar a utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE), como um instrumento importante de acompanhamento da arrecadação, podendo-se realizar estimativas microeconômicas do potencial de geração de tributos, bem como dos níveis de evasão fiscal. Estimular o contribuinte, mediante créditos retornáveis e debitáveis nos impostos municipais.
- Melhoria na estrutura de cobrança da dívida ativa municipal, mediante informatização de cadastro e cruzamento de variáveis tornar o processo mais rápido e eficiente.

A análise da execução orçamentária até abril/2009 aponta para o cumprimento das metas gerais de arrecadação, sem maiores efeitos oriundos do atual momento econômico, conquanto se visualize a diminuição de algumas receitas, principalmente as de contribuições.

TABELA I – ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

PERÍODO: JAN A DEZ/07 A JAN A DEZ/08

UNIDADE: R\$ MIL.

DISCRIMINAÇÃO	A PREÇOS CORRENTES				
	2007 ATE DEZEMBRO	2008 ATE DEZEMBRO	VARIACÃO % DEZ/08 / DEZ/07	PARTICIPACÃO	
				2007	2008
1. RECEITAS ADMINISTRADAS	733.517	800.450	9,12	39,87	37,98
IPTU	145.386	158.964	9,34	7,90	7,54
ITBI	26.534	32.647	23,04	1,44	1,55
ISS	286.032	312.312	9,19	15,55	14,82
TAXAS	72.040	82.584	14,64	3,92	3,92
MULTAS E JUROS DE MORA	52.442	46.379	-11,56	2,85	2,20
DÍVIDA ATIVA	28.277	34.629			
* OUTRAS RECEITAS ADMINISTRADAS	122.807	132.934	8,25	6,67	6,31
2. TRANSFERENCIAS	907.759	1.078.228	18,78	49,34	51,17
FPM	189.337	297.275	57,01	10,29	14,11
ICMS	460.754	519.200	12,68	25,04	24,64
IPVA	71.493	83.178	16,34	3,89	3,95
* * OUTRAS TRANSFERENCIAS	186.175	178.576	-4,08	10,12	8,47
3. DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	(115.327)	(159.085)	37,94	-6,27	-7,55
4. RECEITAS DE CAPITAL	42.640	68.128	59,77	2,32	3,23
ALIENACAO DE BENS	437	690	57,92	0,02	0,03
CONVENIOS A FUNDO PERDIDO	32.151	65.230	102,89	1,75	3,10
OPERACOES DE CREDITO	10.052	2.207	-78,04	0,55	0,10
TOTAL DIRETAS	1.568.590	1.787.721	13,97	85,26	84,83
4. INDIRETAS	271.278	319.585	17,81	14,74	15,17
TRANSFERÊNCIAS	142.250	161.111	13,26	7,73	7,65
OUTRAS REC. INDIRETAS	129.027	158.474	22,82	7,01	7,52
RECEITA TOTAL	1.839.868	2.107.306	14,54	100,00	100,00

No tocante à execução das receitas da Administração Direta, a previsão constante no orçamento geral de 2009, no valor total de R\$ 2.343.429.000, representam um incremento nominal de 7,2% em relação ao ano anterior. Considerando o período janeiro-abril de 2009, foram arrecadados R\$ 759.959.000, correspondentes a 32,43% da previsão anual, não havendo até o momento indícios de descumprimento da previsão de arrecadação para o ano.

A execução da despesa total da Administração Direta do Município do Recife, até abril/2009, foi de R\$ 547.542.000, correspondendo a 23,36% da dotação de 2009.

O município atendeu em 2008 a todos os limites legais previstos na Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, conforme a tabela abaixo:

TABELA II – CUMPRIMENTO DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

DESPESAS COM ENSINO							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino por vinculação	25,98%	25,09%	25,28%	25,45%	25,60%	26,32%	25,05%
Limite Constitucional	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%

DESPESAS COM SAÚDE							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Participação das Desp. Próprias com Saúde na Receita de Impostos e transferências Constitucionais Legais	10,58%	12,05%	15,16%	15,37%	15,39%	15,50%	15,63%
Limite Constitucional	10,20%	11,80%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%	15,00%

DESPESA COM PESSOAL							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total da Despesa Líquida com Pessoal nos 12 últimos Meses	42,74%	43,01%	38,14%	38,78%	38,96%	40,28%	41,92%
Limite Legal (incisos I, II, III, Art 20 da LRF)	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%	54,00%
Limite Prudencial (§ único, Art. 22 da LRF)	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%	51,30%

DÍVIDA							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dívida Consolidada Líquida	16,42%	18,34%	28,25%	27,62%	19,10%	26,54%	27,82%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%	120,00%

OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Operações de Crédito Internas e Externas	0,44%	0,00%	0,00%	0,09%	2,24%	0,59%	0,11%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Internas e Externas	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%	16,00%
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%	7,00%

SERVIÇOS DE TERCEIROS							
	2002	2003	2004 *	2005 *	2006 *	2007 *	2008 *
Total da Despesa com Serviços de Terceiros	35,96%	38,13%	35,32%	35,53%	36,61%	39,43%	36,24%
Limite, calculado com base no Exercício de 1999, do Total da Despesa com Serviços de Terceiros (Art.72 da LRF)	40,26%	40,26%	40,26%	40,26%	40,26%	40,26%	40,26%

* Cálculo não mais obrigatório pela LRF

Recursos a Aplicar

Para o período 2010-2013, estima-se que o Tesouro Municipal disponha de uma receita em torno de R\$ 10,1 bilhões, para, em conjunto com recursos captados de outras fontes, possam ser utilizados no financiamento dos diversos programas em curso e novos, apresentados no detalhamento da aplicação de recursos discriminados no volume 2 deste PPA.